

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Jornadas Parlamentares do PSD

Página 12



Orçamento de Estado na AR

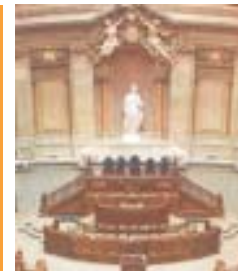
No próximo número, notícia e comentários desenvolvidos



José Luís Arnaut em Macau



Páginas 20 e 21



Intervenção sobre o Projecto de Lei que regula os termos em que se processa a alienação do património do Estado

Deputada Graça Proença de Carvalho
Assembleia da República, 9-10-2003



(...)

O projecto de lei hoje agendado potestativamente pelo Grupo Parlamentar do PS pretende regular os termos em que se processa a alienação do património do Estado.

(...)

Embora este novo projecto de lei já contemple algumas alterações que vão de encontro às críticas apontadas no parecer da Direcção Geral do Património sobre o projecto de lei então apresentado, este novo projecto não difere substancialmente do anterior na sua essência.

(...)

Desde logo o disposto no artigo 1º restringe o âmbito material a duas formas de alienação – venda e cessão a título definitivo - remetendo as permutas para diploma próprio o que não fará sentido porque a permuta pressupõe também uma alienação patrimonial. Também não nos parece adequado a referência ao arrendamento, dado que não se trata de uma operação de alienação e assim está aqui completamente desenquadrada.

No que respeita ao âmbito de aplicação, matéria do artigo 2º, constata-se que a redacção do nº 2 é pouco rigorosa e susceptível de criar alguma confusão ao se incluir na designação da pessoa colectiva Estado diferentes entes públicos distintos. Sujeitar-se a alienação dos imóveis das autarquias locais e das regiões autónomas às mesmas regras para o domínio privado do Estado, sem a prévia análise dos respectivos normativos para se fundamentar a uniformização de regras, ou antes a respectiva diferenciação atendendo às especificidades teria sempre de pressupor a audição das respectivas entidades e, denota alguma leviandade na abordagem da matéria em causa.

Entrando em matéria de avaliações, a formulação do artigo 5º continua a suscitar alguns reparos, dado que desloca a homologação do Director-Geral do Património para o Ministro das Finanças. De referir também que os números 3 e 4 mostram-se redundantes na medida em que estabelecem procedimentos já seguidos, que quando muito deveriam ter a sua sede em diploma regulamentar, sendo também certo que a avaliação não se resume à consideração daqueles factores.

Não versarei sobre a matéria dos artigos 6º a 10º por no essencial se manterem iguais aos preceitos do anterior projecto de lei e de já terem sido

amplamente debatidos aquando da discussão do projecto anterior.

De salientar que também na exposição de motivos do presente projecto de lei (aliás quase idêntica à do projecto de lei apresentado em Março) se enfoca num conjunto de normas consideradas inovadoras. Na verdade, a maior parte das soluções previstas já se encontram consagradas no quadro legislativo actual, excepto quanto ao disposto no art. 11º o qual **prevê o ajustamento do valor de alienação do imóvel, caso se posteriormente ao momento da alienação se verifique uma alteração qualitativa dos direitos de construção**, esta sim uma verdadeira inovação.

Aliás, este mesmo artigo foi seriamente posto em causa pela minha colega de bancada no debate de Março pelas suas consequências duvidosas e potencialmente penalizadoras do interesse público.

Na nova redacção apenas se acrescentam parâmetros mais concretos que, desde logo, não alteram o conteúdo e que, tal como no anterior, obrigariam o Estado a uma fiscalização de todas as alterações qualitativas relativamente a todos os imóveis que o Estado alienar (processo incomportável para a capacidade existente do Estado). E, por outro lado, esta fórmula leva a dois resultados contrários: se ocorrer uma desvalorização do imóvel nas condições previstas neste artigo, o Estado teria de reembolsar o comprador, se, pelo contrário, ocorresse uma valorização o comprador teria a obrigação de partilhar a mais valia com o Estado.

Não é difícil de entender que tal preceito não tem qualquer sentido e, no limite, inibiria todas as alienações de património do Estado porque dificilmente entidades compradoras aceitariam tais riscos.

Por ultimo a introdução neste diploma de uma disposição consagrada à cessão a título definitivo – artigo 16º - cujo teor parece não estar em harmonia com as disposições já existentes no diploma sobre a dita figura, designadamente o 12º, nº3 parecendo apenas ter sido excrescido às restantes disposições.

Independentemente da análise em concreto do articulado do diploma em causa, o Grupo Parlamentar do PSD mantém a sua convicção de que esta matéria apenas regula uma das vertentes da gestão do património imobiliário do Estado – a alienação de imóveis - deixando de fora outras áreas como a aquisição e a administração patrimonial de igual importância.

No nosso entender, intervenções esparsas, como a que agora ocorre, mais não terão de que um efeito limitado, aquém de uma desejável perspectiva global e integrada da gestão do património imobiliário do Estado.

(...)

Agenda

Quarta-Feira, dia 22 de Outubro de 2003-15:00h

Projecto de Lei nº 309/IX(PS)
(Lei de Bases das Comunicações Electrónicas)
Projecto de lei nº 208/IX(PS)

(Garante a Protecção dos dados pessoais e a privacidade das comunicações electrónicas na sociedade de informação, procedendo à transposição da Directiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho)

Quinta-Feira, dia 23 de Outubro de 2003-15:00h

Debate com o Governo sobre Ambiente
Discussão conjunta:
Projecto de Lei nº 231/IX(PCP)
(Cria a Área de Paisagem Protegida da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos)

Projecto de Lei nº 232/IX(PCP)
Projecto de Lei nº 210/IX(BE)
(Cria a Área de Paisagem Protegida da Reserva Ornitológica do Mindelo)
Projecto de Lei nº 164/IX(PS)
Projecto de Lei nº 233/IX(PCP)
(Cria a Área de Paisagem Protegida das Serras de Sª. Justa, Pias, Castiçais, Flores e Banjas)
Projecto de Lei nº 353/IX(BE)
(Cria a Área de Paisagem Protegida da Baía de São Paio)
Projecto de Lei nº ___/IX(CDS-PP)
(Sobre a mesma matéria)

Sexta-Feira, dia 24 de Outubro de 2003-10.00h

Interpelação ao Governo nº 8/IX(BE)
(Debate de política geral, centrado sobre as políticas públicas para responder à pobreza e às desigualdades sociais)



Intervenção sobre os incêndios e a Prop. de Lei sobre os meios a que os municípios podem recorrer

Dep. Manuel Oliveira

Assembleia da República, 15 de Outubro 2003



(...)

Como ainda todos temos presente, o nosso País registou no último Verão um verdadeiro flagelo, sem paralelo nas últimas décadas, resultante de incêndios que consumiram parcelas importantes da nossa floresta, de património construído degradando ou destruindo completamente infra-estruturas públicas e privadas e “pulmões” importantes de áreas protegidas e da floresta nacional.

Como ainda todos temos presente, famílias perderam praticamente todos os

bens pessoais, sofreram directamente, física e em bens materiais os efeitos das chamas incontroladas.

Vidas destruídas, haveres carbonizados, projectos desfeitos foi o rasto inapagável que o fogo deixou à sua passagem.

Como ainda todos temos presente, a solidariedade nacional não foi palavra vã e os poderes instituídos rapidamente acudiram a todos os casos com primazia para aqueles em que o estado de necessidade maior atenção requeria.

(...)

Impõe-se, agora, a adopção de dispositivos legais que permitam aos municípios a reparação dos equipamentos e infra-estruturas destruídos ou danificados por estes incêndios.

(...)

A proposta de lei nº 85/IX, que discutimos, tem por objectivo a agilização de procedimentos e garantia de meios a que os municípios podem recorrer de modo a repor a normalidade dos equipamentos e infra-estruturas afectadas...

- Simplifica os mecanismos de fiscalização prévia dos actos e contratos a celebrar para a reparação destes bens públicos;

- Exclui dos limites de endividamento municipal os empréstimos a contrair para este fim e

- Cria uma linha de crédito especial para os municípios afectados pela catástrofe.

(...)

Os municípios afectados pelos incêndios no quadro das regras gerais que estão em vigor e resultantes das medidas de controlo orçamental não tinham forma de, rápida e eficientemente, reconstruírem o que foi danificado.

Para situações de excepção impõem-se medidas de excepção.

(...)

Intervenção sobre a celebração dos 25 anos de pontificado de Sua Santidade o Papa João Paulo II

Deputada Isilda Pegado

Assembleia da República, 16 de Outubro de 2003



(...)

Ao Parlamento Português cabe olhar, o Homem construtor da paz e defensor dos direitos humanos, que nestes 25 anos chegou às sete partidas do mundo e em muitos destes lugares deixou semente, que germinou profundas alterações sociais e políticas, as quais, inegavelmente, trouxeram felicidade ao Homem.

Com excepção de Pedro Hispano, nunca nenhum Papa foi tão Português como João Paulo II.

Bastaram as três visitas a Portugal de João Paulo II para poder dizê-lo com tranquilidade.

No entanto, é o próprio Papa que nas suas palavras liga o seu Pontificado à História de Fátima e do Povo Português.

Por isso, consagrou o mundo aos pés de Nossa Senhora de Fátima, pedindo-lhes a Paz.

Empenhou-se na Beatificação de dois Pastorinhos de Fátima e de Bartolomeu dos Mártires.

Porém, permitam-me Senhores Deputados, referir aqui o papel incontornável do Papa na independência de Timor. O que, não ofusca o papel

de outros, e outras entidades. Com a visita a Timor e a celebração da missa em Tétum, contra os poderes instituídos, o Papa trouxe para o centro da agenda política internacional e da comunicação social, a questão de Timor.

Desde então Timor teve permanentemente enviados da imprensa internacional no seu território, até à Independência.

O Papa ao tirar a questão de Timor do anonimato - pô-la no centro da agenda política internacional -, pondo o Povo de Timor no caminho da liberdade.

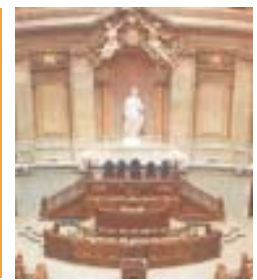
(...)

João Paulo II é o homem da modernidade, que conduziu a Igreja Católica ao Século XXI congregando à sua volta católicos e não católicos.

Não espanta por isso, que a esta celebração se associem tantos, cuja vida não se identifica com o Papa mas, reconhecem uma **grandeza humana excepcional** e sobretudo a coragem de viver de uma forma completa até ao fim.

Por isso, todos os Deputados da Assembleia da República, os que acreditam em Deus como fonte de Beleza, de Justiça, de Paz e de Verdade e, aqueles que embora não acreditando, também se identificam com esses valores, provindos de fontes diversas, associaram-se assim a este Voto de Congratulação pelos 25 anos de Pontificado de João Paulo II.

(...)



Intervenção sobre as Jornadas Parlamentares do Grupo Parlamentar do PSD

Deputado **Guilherme Silva**
Assembleia da República, 15 de Outubro de 2003

(...)

O Grupo Parlamentar do **PSD** acabou de realizar, na **Madeira**, durante dois dias, as suas primeiras **Jornadas Parlamentares da 2ª Sessão Legislativa, da IX Legislatura**.

Naturalmente que não foi por acaso que escolhemos a Madeira para a realização deste nosso Encontro de reflexão e de debate.

Como disse ontem no encerramento dos nossos trabalhos e embora sendo naturalmente suspeito, a Madeira, entre outras virtualidades, tem a de ser uma verdadeira Região Termal de revigoramento político.

Na verdade, ao **observarmos o surto de progresso, a melhoria das condições de vida, a Justiça Social, as infraestruturas, a cobertura na Educação, na Saúde e na Cultura** e em todos os demais sectores, a **obra imensa que os Governos Social Democratas têm levado a cabo nos últimos vinte e cinco anos**, na Região, sentimos todos, politicamente revigorados.

Quando se vê que, com coragem, determinação, persistência e muito trabalho, foi possível recuperar, em décadas, atrasos seculares, e construir um novo Portugal no Atlântico, vimos todos, destas Jornadas, reforçados no sentimento e no orgulho de ser portugueses.

Se dúvidas houvesse sobre a opção autonómica das Regiões insulares, cujo aprofundamento tem sido, desde sempre, liderado pelos social democratas, a constatação da obra realizada e do bem estar já alcançado, afasta-as, de todo.

E é importante ter presente esta associação entre a realidade visível e indesmentível, com os princípios e soluções constitucionalmente consagrados que queremos, nesta Revisão, aprofundar e aperfeiçoar.

Aprovámos nas nossas Jornadas o anteprojecto de Revisão Constitucional, que acolheu o texto aprovado, por Resolução, pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira e que mereceu o voto favorável de todos os partidos com assento naquela Câmara, com excepção do PCP, que não participou na votação.

Naturalmente que não podemos deixar de lamentar que o Partido Socialista

vote uma versão e determinadas opções de aprofundamento da Autonomia, na Assembleia Regional e apresente, na Assembleia da República, um Projecto de Revisão que recua e contradiz as suas próprias posições a nível Regional.

Também sobre as Autonomias, como em quase todas as matérias, há, pelo menos, dois Partidos Socialistas.

Só que numa matéria em que é efectivamente necessário o voto do PS, para se lograr aprovar, com os 2/3 constitucionalmente exigidos, a Lei de Revisão, esta duplicidade de posições é um mau augúrio e revela uma falta de efectiva vontade para aprofundar as Autonomias Regionais e melhor apetrechar os órgãos de Governo próprio, a melhor resolução dos problemas das populações insulares.

No PSD, sobre esta matéria, há unanimidade que envolve a convergência do PSD Madeira e do PSD dos Açores em pôr termo ao contencioso das autonomias, aperfeiçoando as instituições regionais e clarificando as suas competências face aos órgãos de soberania.

Ocupámo-nos, também, nas nossas Jornadas, como não podia deixar de ser, do **Tratado Constitucional Europeu**, agora em discussão e em negociação na CIG.

Fizemo-lo com a feliz coincidência da grande vitória de Portugal no Acordo das Pescas que remeteu o PCP a um significativo silêncio e que não conseguiu que o PS abandonasse a sua tradicional postura de Oposição primária, a ponto de parecer, o que é grave, em certas ocasiões, que está mais contra Portugal, do que contra o Governo ou a maioria.

Já tenho dito que numa Democracia consolidada e no que respeita à defesa, na vertente externa, de Portugal e dos portugueses, a Oposição só se enobrece e fortalece se tiver a capacidade de pôr à frente de efémeras táticas político-partidárias de ocasião, o interesse nacional.

Queria aqui registar e louvar a atitude de transparência e cooperação institucional, inédita, do Governo ter facultado a todos os Partidos, o texto que fixa as posições que Portugal defenderá no Conselho Europeu e na CIG.

Estão claras, nesse documento, as posições que Portugal vai defender, a saber:

- princípio da igualdade dos Estados Membros;
- princípio da coesão e da solidariedade;
- princípio do método comunitário;



O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da Economia

Sobre as implicações do "phasing-out" para as PME do distrito de Santarém

Dep(s) Vasco Cunha e outros

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre a extensão de saúde na freguesia de Olival de Basto – ponto de situação

Dep Fernando Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre a construção da extensão de um centro de saúde em Vialonga

Dep. Fernando Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sobre o futuro dos apeadeiros de Salreu e Canelas(Município de Estarreja)

Dep(s) Luís Montenegro e outros

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao Ministério da Administração Interna

Sobre Proibição de circulação dos veículos de matérias perigosas na nacional 366, às sextas feiras no período entre as 18.00 e as 21.00 horas.

Dep Fernando Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sobre a protecção acústica e visual em Alverca do Ribatejo

Dep Fernando Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a intervenção na ponte sobre o Sorraia Velho – EN 114

Dep(s) Vasco Cunha e outros



Intervenção sobre as Jornadas Parlamentares do Grupo Parlamentar do PSD

Deputado Guilherme Silva
(continuação da página anterior)

- eleição do Presidente do Conselho Europeu com o voto igualitário dos Estados;
- não alteração dos poderes de decisão em termos de subalternização dos pequenos países;
- inclusão de uma referência à civilização judaico-cristã no Preâmbulo;
- acesso às cooperações mais estreitas no âmbito do P.E.S.D., em igualdade de circunstâncias para todos os Estados Membros;
- a manutenção de um Comissário por Estado e a rotação das presidências.

Essencial, para nós, é a realização de Referendo na mesma data das eleições europeias, por ser, a todos os títulos, a opção mais acertada e mais motivadora à participação dos portugueses nos dois actos de consulta popular.

Não é aceitável o argumento da confusão, como se os portugueses fossem menos inteligentes que os espanhóis, os franceses, ou os holandeses, que vão também fazer o Referendo na mesma data das eleições europeias.

Esperamos que o Partido Socialista saiba pôr o interesse nacional acima de meras táticas político-partidárias, seguindo o exemplo do seu congénere espanhol.

(...)

Tal qual o Governo havia prometido, apresentou hoje o Ministro da Administração Interna em Comissão o Livro Branco sobre os incêndios motivados pelas elevadas temperaturas sentidas no último Verão e que, por isso, atingiram dimensões sem precedentes, de verdadeira calamidade pública.

Tal documento evidencia, desde logo, o acumular, ao longo de muitos anos e de sucessivos mandatos de anteriores governos, de deficiências estruturais no sistema de emergência e de protecção civil que, por isso, se revelou imprevisto para fazer face a ocorrências que as graves condições climáticas - altas temperaturas, baixo grau de humidade e fortes ventos, levaram a que tivesse a dimensão excepcional que atingiu.

Exemplo dessa insuficiência, foi o arrastar, durante mais de uma década, do apetrechamento da Protecção Civil e Bombeiros, de um sistema unificado e eficaz de telecomunicações, que só este Governo veio agora resolver e que foi uma das causas de alguma menor eficácia no combate aos fogos.

(...)

No que já é público das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do

Estado, torna-se possível felicitar o Governo e regozijarmo-nos pelas soluções adoptadas naqueles instrumentos de política económica e financeira.

As Grandes Opções do Plano visam consolidar um Estado com autoridade, moderno e eficaz, como visam sanear as finanças públicas e desenvolver a economia e investir na qualificação dos portugueses, apostando no ensino, na formação profissional, na investigação e na cultura. Visa igualmente reforçar a justiça social e garantir a igualdade de oportunidades.

O Orçamento para 2004 é, sem dúvida, um orçamento de recuperação e de viragem.

Mantém-se o rigor no combate às despesas supérfluas e ao desperdício.

Regista-se um desagravamento fiscal no âmbito do IRC de 30% para 25%, que não tem precedentes.

Aposta-se no investimento de qualidade e reprodutivo.

E apesar das dificuldades garante-se um aumento das dotações para as Autarquias da ordem dos 3%.

É com estas medidas que se assegura o nosso desenvolvimento económico sustentado e o combate ao desemprego, pois, investir é desenvolver a economia, é criar emprego, é propiciar a nossa convergência com os países mais avançados da Europa.

Neste quadro e nestas circunstâncias e com a presença com que nos honrou o Presidente do Grupo Parlamentar do PP, posso dizer que das Jornadas dos últimos dois dias, saiu uma maioria reforçada.

A maioria da esperança e da confiança. A maioria que está a mudar Portugal. Conosco, com este Primeiro-Ministro, com este Governo, com esta maioria, os portugueses vão consolidar a mudança e ganhar o futuro. Quero daqui dizer a todos os partidos da Oposição – quais profetas da desgraça – que, custe-nos o que custar, V. Exas. não vão impedir a vitória de Portugal e dos portugueses.

Só vos pedimos, ao menos nas questões institucionais essenciais à dignificação e consolidação da nossa Democracia, recato, moderação, respeito pelo princípio da separação de poderes e sentido de Estado!

Observatório de Imprensa

Pedro “O Grande”

Fica, para já, a certeza de que ninguém negará que Pedro Lynce, a mais de um homem honesto e gentelman, foi, é e será um político de coragem, um académico de prestígio e um português de mão cheia.

Gonçalo Capitão,
A Capital, 15/10/03

O poder é passageiro

Ana Gomes, porta voz do partido socialista para a política externa, comportou-se, mais uma vez, como um elefante numa loja de louça. Numa penada, abriu duas guerras, política e institucionalmente insustentáveis.

Luís Filipe Menezes,
Correio da Manhã, 16/10/03

No Conselho Nacional do PSD

Victor Cruz defende a Revisão Constitucional

Victor Cruz defendeu em Lisboa, durante a sua participação na reunião da Comissão Política e no Conselho Nacional, uma evolução constitucional da Autonomia Política dos Açores e da Madeira, sem amarras às ultrapassadas perspectivas centralistas e fundada numa opção estratégica reformista e de modernização do País, vocacionada por isso para o aprofundamento constitucional do regime autonómico.

Em matéria de revisão constitucional, o Victor Cruz viu confirmadas na sua essência, as principais posições do PSD/Açores, bem como as propostas da Região Autónoma da Madeira, consensualizadas através da aprovação de uma Resolução pela respectiva Assembleia Legislativa Regional.

Enquadrado por uma perspectiva de aperfeiçoamento do nosso texto constitucional, o PSD defendeu a oportunidade de ser promovida uma revisão global da Constituição da República.

O Conselho Nacional do PSD mandou a Comissão Política Nacional e o Grupo Parlamentar, para aprovarem um anteprojecto de revisão constitucional que consagre, desde logo, “o aprofundamento do regime autonómico insular, na esteira do aprovado pela Assembleia Legislativa regional da Madeira e pela Comissão política Regional do PSD/Açores”.

Foi ainda deliberado, entre outras propostas, a reforma do poder legislativo; a compatibilização do texto da Lei fundamental portuguesa com o texto previsível do futuro Tratado Constitucional da União Europeia; a alteração ao regime constitucional do referendo, por forma a permitir a eventual realização de um referendo sobre o Tratado Constitucional em simultâneo com as eleições para o Parlamento Europeu e a limitação a renovação de mandatos de cargos políticos e altos cargos públicos.

No que especialmente tem a ver com o evoluir constitucional da Autonomia, sempre defendido pelo PSD/Açores, Victor Cruz vê potenciado pelo projecto de revisão constitucional a apresentar pelo Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República a concretização das suas propostas quanto ao reforço

do Poder Legislativo Regional, designadamente com a extinção do conceito de Lei Geral da República e de Interesse Específico, enquanto limitadores das competências dos parlamentos regionais.

O projecto concorre para a perspectiva que o PSD/Açores defende de uma concorrência legislativa com o Estado, nas matérias que não estejam reservadas

a competência do Órgãos de Soberania; para o fim da proibição dos partidos regionais, nos Açores e na Madeira, para o poder das regiões autónomas transporem Directivas Comunitárias para a ordem jurídica interna, conforme a competência em razão matéria; para a eliminação da norma constitucional que prevê a dissolução das Assembleias Legislativas Regionais por actos graves contra a Constituição, prevendo em sua substituição uma dissolução do parlamento regional à semelhança do que acontece com o previsto para a dissolução da Assembleia da República, para a previsão de reservas de iniciativa legislativa para os parlamentos regionais, à semelhança do que acontece para a revisão dos respectivos Estatutos Político-Administrativos, também para a alteração dos sistemas eleitorais e para a criação de um círculo próprio para a eleição de Deputados ao Parlamento Europeu.

O PSD/Açores sempre defendeu a extinção do cargo de Ministro da República, que também será proposto pelo projecto do PSD. O consenso

sobre este objectivo foi conseguido, alargado mesmo a outros partidos, como é de público conhecimento, embora ainda não nos termos propostos pelo PSD/Açores, pelo que em sua substituição será proposto um Representante da República, com novo enquadramento competencial.

Victor Cruz mostrou-se assim satisfeito com o resultado das reuniões dos órgãos nacionais do Partido e motivado para a sua participação na Madeira nas reuniões dos grupos Parlamentares do PSD na Assembleia da República e nas Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira, de onde resultará o projecto de revisão constitucional a propor pelo PSD.

PSD/Açores



Presidente do PSD/Açores participou activamente nas jornadas da Madeira



Santana Lopes, Vice-Presidente do PSD e de José António Couto Pita, Presidente da Comissão Eventual de Revisão Constitucional da Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

O Presidente do PSD/Açores, Victor Cruz, participou activamente nas Jornadas Parlamentares que o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República levou a efeito nos dias 13 e 14 de Outubro, na Madeira.

Nos trabalhos do dia 14, o painel “Revisão Constitucional – as mudanças necessárias e o Aprofundamento das Autonomias Regionais”, contou com a participação de Victor Cruz, Presidente do PSD/Açores, de Pedro

Para encerrar as Jornadas Parlamentares estarão presentes o Presidente da Assembleia da República e antigo Presidente do Governo Regional e do PSD/Açores, Mota Amaral, e o Presidente do PSD e Primeiro Ministro, Durão Barroso.

Ao longo das jornadas, Victor Cruz, defendeu o reforço do poder legislativo regional, designadamente com a extinção dos conceitos de “lei geral da república” e de “interesse específico” enquanto limitadores das competências dos Parlamentos Regionais. Nessa perspectiva o PSD/Açores defende uma concorrência legislativa com o Estado, nas matérias que não estejam reservadas a competência do Órgãos de Soberania.

O fim da proibição dos partidos regionais nos Açores e na Madeira e a criação de um círculo próprio para a Região Autónoma na eleição de Deputados ao Parlamento Europeu, são também, propostas que o Presidente do PSD/Açores desenvolveu, como já o tinha feito na Comissão Política e no Conselho Nacional que, em Lisboa, antecederam as Jornadas

Victor Cruz também defendeu a eliminação da norma constitucional que prevê a dissolução das Assembleias Legislativas Regionais por actos graves contra a Constituição, propondo em sua substituição uma solução semelhante à prevista para a dissolução da Assembleia da República.

Gab.Press.PSD/Açores



VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vieira do Minho, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2003, das 20h00 às 22h00, na sede do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa do Plenário de Secção.

Nota:

A votação decorrerá das 20h00 às 22h00. As listas terão de ser entregues até às 22h00 do dia 21 de Novembro de 2003.

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia de Secção de Vizela, para uma reunir, no dia 6 de Dezembro de 2003 (sábado), pelas 21h00, na sede concelhia sita na Praça da República, em Vizela, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

A entrega das lista deve ser feita ao Presidente da Mesa até ao 3º dia anterior ao acto eleitoral (até às 24h00 do dia 3 de Dezembro de 2003).

A sede estará aberta, também, nos dias 2, 4 e 5 Dezembro de 2003, das 21h00 às 22h00. O acto eleitoral decorrerá no dia 6, das 21h00 até as 24h00.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Montijo, para reunir, na sede concelhia, no dia 3 de Novembro, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

NÚCLEO VITORINO DE PIÃES/NAVIÓ (Ponte de Lima)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Vitorino de Piães e Navio, ou seja, todos os militantes inscritos

nas referidas freguesias, para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2003, das dezassete às vinte horas, na Casa do Povo de Vitorino de Piães, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção de Ponte de Lima, na sede concelhia, até vinte e quatro horas antes do acto eleitoral.

Os candidatos têm que ser militantes do PSD há mais de seis meses.

Só podem exercer o direito de voto os militantes com as quotas em dia.

NÚCLEO FACHA / SEARA (Ponte de Lima)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Facha e Seara, ou seja, todos os militantes inscritos nas referidas freguesias, para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2003, das dezassete às vinte horas, na Sede Concelhia do PSD, sito no Largo Dr. Álvaro Vieira de Araújo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção de Ponte de Lima, na sede concelhia, até vinte e quatro horas antes do acto eleitoral.

Os candidatos têm que ser militantes do PSD há mais de seis meses.

Só podem exercer o direito de voto os militantes com as quotas em dia.

DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião ordinária, a realizar no próximo dia 24 de Outubro de 2003, (sexta-feira), pelas 21h30, na "Albergaria São Cristóvão", sita em Ovar, na Rua Aquilino Ribeiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Análise da situação Político-partidária;
- Criação das Áreas Metropolitanas,
- Orçamento de Estado para 2004.

SECÇÃO DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo

Branco, para reunir no dia 24 de Novembro de 2003 (segunda-feira), pelas 18h00, na Sede Concelhia em Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção de Castelo Branco.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia útil, anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito, naquele dia, 19 de Novembro de 2003, das 21h00 às 24h00.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

SECÇÃO DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia de Secção para uma reunir, a realizar no próximo dia 31 de Outubro de 2003, pelas 21h00, na Sede Concelhia em Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Política.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD/Guarda, para reunir no próximo dia 7 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na Sede Distrital do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Político-partidária.

NÚCLEO RESIDENCIAL DE CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário dos militantes do Núcleo Residencial de Cascais, a reunir no Largo da Estação, 1º andar Cascais, no dia 9 de Novembro de 2003, pelas 18h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Análise da situação política

DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes do Distrito, dotados de capacidade eleitoral, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militam: Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova,

Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Rodão, para reunirem no dia 24 de Novembro (segunda-feira), a partir das 18h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único:

- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
- Eleição da Comissão Política Distrital;
- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
- Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Nota:

As urnas estarão abertas, em cada Secção das 18h00 às 22h00.

Os Militantes de Belmonte votam no Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral.

Os Militantes de Oleiros votam na Casa Peixoto.

Os Militantes de Penamacor votam na Casa de Povo de Penamacor.

Os Militantes de Vila Velha de Rodão votam na Secção de Castelo Branco.

Os Militantes das restantes Secções votam nas respectivas Sedes Concelhias.

As Listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o substitua, na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia útil, anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito, naquele dia, 19 de Novembro, das 21h00 às 24h00.

As listas de candidatura dos Delegados de Secção devem ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção, ou a quem o substitua, nos mesmos prazos, devendo estar abertas, no mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas Sedes.

Todas as Secções deverão providenciar quatro urnas para a realização em simultâneo dos actos Eleitorais.

OLEIROS (Distrital de Castelo Branco)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oleiros, para reunir no dia 24 de Novembro de 2003, pelas 18h00, na Casa Peixoto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

A eleição decorrerá entre as 18h00 e as 22h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da C.P. Distrital, até às 24h00 do terceiro dia útil anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede no dia 19 de Novembro, aberta para o efeito das 21h00 às 24h00.



NÚCLEO da QUINTA do CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo da JSD da Quinta do Conde, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2003 (Quinta-feira), pelas 21h30, na Sede da JSD/Quinta do Conde, localizada na Rua António José de Almeida, Lote 1079, Quinta do Conde, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Informações;
- 2-Análise da Situação Política;
- 3-Eventos a realizar.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD do Barreiro, para reunir no dia 8 de Novembro de 2003, pelas 15h00, na respectiva Sede, sita na Rua Miguel Pais, n.º 39, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política, Mesa do Plenário de Secção e Cinco Delegados ao Conselho Distrital.

NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior na Sede Concelhia da JSD Barreiro.

A votação decorrerá das 15h00 às 16h30.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e das disposições regulamentares aplicáveis, convoco o Plenário da Concelhia da JSD de Penafiel, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2003, Quinta-feira, pelas 18h00, na Sede Concelhia de Penafiel, sita à Rua " O Penafidense ", n.º 9-1.º, em Penafiel, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD do Porto.

NOTAS:

As listas candidatas ao ponto constante da ordem de trabalhos, deverão ser constituídas nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD;

As listas candidatas deverão ser

apresentadas em duplicado até às 24 horas do dia anterior ao da realização do Plenário da JSD Concelhia de Penafiel, na Sede Concelhia, sita à Rua " O Penafidense ", n.º 9-1.º Dt.º, em Penafiel, ou a quem, estatutariamente o possa substituir;

A votação iniciar-se-á pelas 18 horas, sendo as urnas de voto encerradas às 19 horas.

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco para o dia 1 de Novembro de 2003, pelas 13h40, o Plenário de Secção de Olhão a reunir na Sede do PSD de Olhão, sita na Av.ª da Republica 132 A, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa de Plenário;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital da JSD.

NOTA:

As listas concorrentes deverão dar entrada até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral, contacto para entrega das listas 91-7824770 (Thierry).

As urnas permanecerão abertas entre as 14h00 e as 15h00.

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção a reunir no dia 1 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na Sede do PSD de Vizela, sita na Praça da República, na Freguesia de São João, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Eleição dos Órgãos de Secção: Mesa do Plenário, da Comissão Política e Delegados ao Conselho Distrital de Braga.

NOTA:

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem estatutariamente, o possa substituir, na Sede do Órgão respectivo até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral.

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Ansião, para o dia 31 de Outubro de 2003, pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. Dr. Vítor Faveiro, 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Apresentação e discussão do relatório de contas e actividades;

- 2-Eleição da Mesa do Plenário, da Comissão Política e dos Conselheiros Distritais;
- 3-Análise da situação política.

NOTA:

1-As listas deverão ser apresentadas até 24 horas antes da hora do plenário, na sede acima citada.

2-As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.

3-Os primeiros 30 minutos seguintes ao período de contagem do quorum, servirão para a apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de uma hora. Assim sendo a urna estará aberta das 21h30 às 22h30.

4-As candidaturas para os órgãos executivos e para os órgãos de direcção de Assembleias (Mesa) serão efectuadas através de lista fechada e eleitas por sistema maioritário simples.

5-As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior deverão ser formadas por um número ímpar de membros, em conformidade com os Estatutos.

6-Os candidatos só poderão integrar uma das listas concorrentes a cada órgão.

7-As listas candidatas aos órgãos tipo Assembleia deverão incluir um número de candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos.

8-O número de candidatos suplentes não poderá em caso algum exceder a totalidade dos candidatos efectivos.

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD de Alcobaca a reunir no dia 31 de Outubro de 2003, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Prof. Joaquim Vieira Natividade, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas referente ao mandato 2002/2003;

2-Alteração, discussão e votação do Regulamento de Admissão de Militantes da JSD de Alcobaca;

3-Análise da situação política.

JSD/MATOSINHOS - NÚCLEO de CUSTÓIAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da JSD/Custóias, a reunir no dia 30 de Outubro de 2003, Quinta-feira, pelas 21h30, na Sede do PSD em Custóias, sita no Largo

do Souto, em Custóias, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Eleição da Mesa do Plenário da JSD/Custóias;

2-Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD/Custóias;

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 29 de Outubro na Sede do PSD de Matosinhos.

b)A urna funcionará das 21h30 às 22h30.

MORA

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção de Mora da JSD, para reunir no dia 25 de Outubro de 2003 (Sábado), pelas 15h00, na Quinta Dr. Castro, (Sede Concelhia da JSD) de Mora, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Eleição da Comissão Política da Secção de Mora da JSD;

2-Eleição da Mesa do Plenário da Secção e Mora da JSD;

3-Eleição dos Delegados da Secção de Mora da JSD ao Conselho Distrital de Évora da JSD.

NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 22h00 do dia 23 de Outubro de 2003, ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Mora da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 19h00

PAREDES de COURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convocam-se os militantes da JSD da Secção de Paredes de Coura, para o acto eleitoral a realizar no próximo dia 31 de Outubro de 2003, pelas 22h00, na Sede Associação Dadores Benévolos de Sangue, Rua Cogn. Bernardo Souza n.º37 em Paredes de Coura, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Eleição da Comissão Política da Secção da JSD de Paredes de Coura;

2-Eleição da Mesa do Plenário da JSD de Paredes de Coura;

3-Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD.

NOTA:

O acto eleitoral terá início às 22 horas e decorrerá durante uma hora.

As listas candidatas deverão ser entregues até ao final do dia 30 de Outubro na Sede Distrital do PSD em frente ao " antigo " Mercado na Cidade de Viana do Castelo.

ARCOS de VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

da JSD e demais regulamentos, convocam-se os militantes da JSD da Secção dos Arcos de Valdevez, para o acto eleitoral a realizar no próximo dia 1 de Novembro de 2003, pelas 22h00, na Sede Concelhia do PSD dos Arcos de Valdevez, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Comissão Política da Secção da JSD dos Arcos de Valdevez;
- 2-Eleição da Mesa do Plenário da JSD dos Arcos de Valdevez;
- 3-Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD.

NOTA: O acto eleitoral terá início às 22 horas e decorrerá durante uma hora.

As listas candidatas deverão ser entregues até ao final do dia 30 de Outubro na Sede Distrital do PSD em frente ao “ antigo “ Mercado na Cidade de Viana do Castelo.

PAREDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do REODL/JSD (Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD), convoco o Plenário da Secção da JSD da Parede, para o próximo dia 30 de Novembro de 2003, pelas 20h30, no Bairro Terras Queimadas lote n.º 25 em Tires, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição para a Comissão Política da Secção, para a Mesa do Plenário e para os Delegados ao Conselho Distrital de Lisboa da JSD.

NOTA:

a) As listas candidatas deverão ser devidamente acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, ser constituídas e apresentar respectivas subscrições nos termos estatutários.

b)As listas candidatas aos Conselheiros Distritais devem ser constituídas por 4 efectivos e por 1/3, do total de efectivos, de suplentes, assim como também nos termos do artigo anterior.

c)As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior à sua realização, em duplicado, na Sede Distrital de Lisboa da JSD, sita na Rua da Junqueira n.º 209 em Lisboa, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir;

d)As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.

CASTELO de PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo de Paiva, para reunir no próximo dia 2 de Novembro de 2003, pelas 16h00, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados de Secção da Assembleia Distrital de Aveiro;

NOTA:

A- Se há hora marcada o número de militantes não for suficiente para Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

B- As listas candidatas deverão dar entrada até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede da JSD.

C- As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h30.

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Anadia, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2003, pelas 18h30, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados de Secção da Assembleia Distrital de Aveiro;

NOTA:

A- Se há hora marcada o número de militantes não for suficiente para Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

B- As listas candidatas deverão dar entrada até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede da JSD.

C- As urnas estarão abertas das 18h30 às 19h30.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estarreja, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2003, pelas 19h30, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados de Secção da Assembleia Distrital de Aveiro;

NOTA:

a) Se há hora marcada o número de militantes não for suficiente para Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

b)As listas candidatas deverão dar entrada até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede da JSD.

c)As urnas estarão abertas das 19h30 às 21h00.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ovar, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2003, pelas 22h00, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados de Secção da Assembleia Distrital de Aveiro;

NOTA:

a. Se há hora marcada o número de militantes não for suficiente para Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

b. As listas candidatas deverão dar entrada até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede da JSD.

c. As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h00.

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Mealhada, para reunir no próximo dia 2 de Novembro de 2003, pelas 18h30, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados de Secção da Assembleia Distrital de Aveiro;

NOTA:

a. Se há hora marcada o número de militantes não for suficiente para Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

b. As listas candidatas deverão dar entrada até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede da JSD.

c. As urnas estarão abertas das 18h30 às 20h30.

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Arouca, para reunir no próximo dia 1 de Novembro de 2003, pelas 19h30, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados de Secção da Assembleia Distrital de Aveiro;

NOTA:

a. Se há hora marcada o número de militantes não for suficiente para

Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

b. As listas candidatas deverão dar entrada até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede da JSD.

c. As urnas estarão abertas das 19h30 às 20h30.

S. JOÃO da MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira, para reunir no próximo dia 1 de Novembro de 2003, pelas 22h00, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados de Secção da Assembleia Distrital de Aveiro;

NOTA:

a. Se há hora marcada o número de militantes não for suficiente para Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

b. As listas candidatas deverão dar entrada até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede da JSD.

c. As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h00.

SEVER do VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 8 de Novembro de 2003, pelas 19h00, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados de Secção da Assembleia Distrital de Aveiro;

NOTA:

a. Se há hora marcada o número de militantes não for suficiente para Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

b. As listas candidatas deverão dar entrada até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede da JSD.

c. As urnas estarão abertas das 19h00 às 20h30.

VALE de CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vale de Cambra, para reunir no próximo dia 8 de Novembro de 2003, pelas 17h00, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de



Secção;

2-Eleição da Comissão Política de Secção;

3-Eleição dos Delegados de Secção da Assembleia Distrital de Aveiro;

NOTA:

a. Se há hora marcada o número de militantes não for suficiente para Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

b. As listas candidatas deverão dar entrada até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede da JSD.

c. As urnas estarão abertas das 17h00 às 18h30.

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Lamego, para uma reunião a realizar no próximo dia 9 de Novembro de 2003 (Domingo), pelas 15h30, na Sede do PSD/Lamego, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção, da Comissão Política de Secção e dos Delegados ao Conselho Distrital.

NOTA:

b) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, Rossio n.º 14 – 1.º andar, em Viseu, até às 24 horas do dia 8 de Novembro de 2003, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

c) As urnas estarão abertas das 15h30 às 16h30.

SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Sernancelhe, para uma reunião a realizar no próximo dia 29 de Novembro de 2003 (Sábado), pelas 15h00, na Sede do PSD/Sernancelhe, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção, da Comissão Política de Secção e dos Delegados ao Conselho Distrital.

NOTA:

b) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, Rossio n.º 14 – 1.º andar, em Viseu, até às 24 horas do dia 28 de Novembro de 2003, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

c) As urnas estarão abertas das 15h00 às 16h00.

MOIMENTA da BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

da JSD, convoco o Plenário de Secção de Moimenta da Beira, para uma reunião a realizar no próximo dia 29 de Novembro de 2003 (Sábado), pelas 17h00, na Sede do PSD/Moimenta, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único:

Eleição da Mesa do Plenário de Secção, da Comissão Política de Secção e dos Delegados ao Conselho Distrital.

NOTA: d) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, Rossio n.º 14 – 1.º andar, em Viseu, até às 24 horas do dia 28 de Novembro de 2003, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

e) As urnas estarão abertas das 17h00 às 18h00.

SÃO PEDRO do SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de São Pedro do Sul, para uma reunião a realizar no próximo dia 8 de Novembro de 2003 (Sábado), pelas 20h30, na Sede do PSD, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção, da Comissão Política de Secção e dos Delegados ao Conselho Distrital.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

CONSELHO DISTRITAL de CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco, para reunião a ter lugar no próximo dia 8 de Novembro de 2003 (Sábado), pelas 14h00, na Sede Distrital, sita na Rua do Pina, n.º 6, em Castelo Branco, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Eleição da Mesa do Plenário Distrital;
2-Eleição da Comissão Política Distrital;
3-Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital.

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 14h30 às 15h30.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco, para o dia 31 de Outubro de 2003, pelas 19h40, o Plenário de Secção de Tavira a reunir na Sede do PSD de Tavira, sita na Praceta Eng.º Herculano Carvalho, lote 9, 1.º Dt.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Eleição da Mesa do Plenário;
2-Eleição da Comissão Política de Secção;
3-Eleição dos Delegados a Assembleia Distrital da JSD.

NOTA: a. As listas concorrentes deverão dar entrada até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral, contacto para entrega das listas 91 782 47 70 (Thierry).

b. As urnas estarão abertas das 20h00 às 21h00.

MAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Mação, para reunir no próximo dia 1 de Novembro de 2003, pelas 15h00, na Sede do PSD de Mação, sita no Largo dos Bombeiros, n.º 5, em Mação, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Análise da Situação Política;
2-Eleição da Comissão Política de Secção;
3-Eleição dos Conselheiros Distritais.

NOTA:

a. As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

b. As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

c. As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24 horas do dia 31 de Outubro de 2003, na Sede do PSD de Mação.

d. As urnas estarão abertas das 15h30 às 16h30.

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Entroncamento, para reunir no próximo dia 1 de Novembro de 2003, pelas 14h30, na Sede do PSD do Entroncamento, sita na Rua Almirante Reis, n.º 64, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Eleição dos Órgãos Concelhios da JSD.

NOTA:

a. As listas devem ser propostas

por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

b. As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

c. As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24 horas do dia 31 de Outubro de 2003, na Sede do PSD de Santarém.

d. As urnas estarão abertas das 16h30 às 17h30.

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 1 de Novembro de 2003, pelas 14h30, na Sede do PSD de Benavente, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1-Eleição dos Órgãos Concelhios da JSD.

NOTA:

a. As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

b. As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

c. As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24 horas do dia 31 de Outubro de 2003, na Sede do PSD de Santarém.

d. As urnas estarão abertas das 16h30 às 17h30.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes da JSD de Tomar, para reunir no próximo dia 8 de Novembro de 2003, pelas 14h30, na Sede da Secção do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica, n.º 57 – A, em Tomar, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e eleição do representante dos Jovens Autarcas.

NOTA:

a. As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Tomar da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do dia 7 de Novembro de 2003, na Sede do PSD, sita na Rua da Fábrica de Fiação, n.º 57-A, em Tomar;

b. As listas deverão ser propostas por quaisquer 20 militantes ou por 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

c. As listas deverão ser acompanhadas da declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

d. As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h00.

O Conselho Nacional da JSD, reunido em Lisboa a 19 de Outubro passado, aprovou por unanimidade a Carta Orientadora da Revisão Estatutária em curso na JSD. O documento resulta de reuniões havidas entre a CPN e as Distritais da JSD, sendo publicado nesta edição.

Num próximo número publicaremos os demais documentos aprovados em CN, relativos ao futuro Congresso Nacional.

Carta Orientadora da Revisão Estatutária da JSD

Proposto pela Comissão Política Nacional da JSD e legitimado pelo Congresso Nacional, o processo de Revisão Estatutária que hoje empreendemos é um projecto que se pretende abrangente e o mais participado possível, com os contributos de todos os quadrantes da JSD.

Desde o seu início, a tónica esteve no incentivo às secções, encorajando o debate interno, para que em seguida o processo de apreciação pelas distritais estivesse maturado por essa troca de argumentos prévia nas secções e núcleos.

Chegados a este ponto, em que as regionais, distritais, secções e núcleos já debateram, é a hora de concretizar em documento as linhas mestras orientadoras da revisão estatutária.

Estamos todos cientes que são inúmeras as propostas e variados os pontos de vista; somos igualmente sabedores que a diversidade de posições dificulta a conciliação no debate, na mesma medida em que o enriquece.

Assim, devemos apostar na produção da presente carta orientadora, um documento que se identifique o mais possível com o sentir da JSD, através do apuramento das falhas mais sentidas nos Estatutos Nacionais da JSD, e da consagração das soluções mais consensuais.

Do trabalho concertado da Comissão Política Nacional com as Comissões Políticas Distritais e Regionais e os Conselheiros Nacionais sairá um texto que reúna os pontos sobre os quais conflua o máximo de assentimento, deixando para o Congresso Nacional a definição final de

pontos em que JSD apresente soluções menos conciliáveis.

Nestes termos, a proposta de revisão estatutária consagrará os seguintes princípios:

- Igualar os direitos de todos os militantes, independentemente da região que vivem ou dos cargos que eventualmente ocupem.
- Acentuar a democratização do funcionamento interno, nomeadamente reforçando os órgãos de base, que constituem a célula essencial da JSD.
- Favorecer a participação dos militantes na vida da JSD e na acção política.
- Melhorar a articulação entre as diversas estruturas e a respectiva capacidade de resposta aos novos desafios da sociedade.
- Proceder a acertos e harmonizações de muitos dispositivos confusos e até contraditórios, resultantes em regra de desgarradas alterações estatutárias.
- Criar mecanismos que permitam à JSD adaptar-se às alterações de círculos eleitorais.
- Adequar as finanças da JSD à Lei de Financiamento dos Partidos.
- Eliminar dispositivos supérfluos e caducos.
- Promover a todos o acesso aos estatutos e regulamentos.

Conselho Nacional da JSD, Lisboa, 19 de Outubro de 2003

Fernando Lopes nomeado Coordenador da JSD no Parlamento

O Deputado da JSD Fernando Lopes é o novo Coordenador do Grupo de Deputados da JSD na Assembleia da República.

Eleito pelo Círculo Eleitoral da Guarda, Fernando Lopes é igualmente Vogal da CPN da JSD e o líder da Distrital da Guarda.

Torneio de Karts em Palmela

No passado dia 17 de Outubro, as Distritais de Setúbal da JSD e do PSD, organizaram no Kartódromo Internacional de Palmela, o Torneio Laranja que compreendeu 2 horas de corrida animada e muito disputada, e que contou com a participação de uma centena de concorrentes distribuídos por 23 equipas.

A vitória acabou por pertencer à gloriosa equipa da JSD/Sines, tendo recebido os troféus da mão do Presidente da JSD, Jorge Nuno Sá.



JSD/Torres Novas fala de Educação

Um encontro de estudantes social democratas pré-licenciados foi o mote para se falar do ensino em Portugal.

A CPS/JSD de Torres Novas abordou a temática da Educação no passado dia 11 de Outubro, numa iniciativa que envolveu também a Comissão Política Distrital.

Desporto anima militantes da JSD/Montijo

O próximo dia 25 de Outubro será marcado pela realização de um Torneio de Futebol de 11 no campo relvado do Estádio do Clube Desportivo do Montijo, com a participação das escolas secundárias e da escola profissional.

No final, está agendado um derby entre os militantes da JSD local, que se espera animado e concorrido.

JSD/Algarve saúda Câmara Municipal de Tavira

A Comissão Política Distrital da Juventude Social Democrata do Algarve felicitou em comunicado o excelente trabalho da Câmara Municipal de Tavira, que resultou na obtenção do galardão "Autarquia".

Este prémio foi obtido na Gala do Desporto Escolar no passado dia 27 de Setembro, no Colégio Militar em Lisboa e é o reconhecimento do empenho dos autarcas social democratas de Tavira no desenvolvimento do desporto entre os mais novos.

Newsletter da JSD/Alcobaça com nova imagem

A Comissão Política de Secção da JSD/Alcobaça lançou mais um número da sua newsletter "A JSD Informa", já com uma imagem renovada.

Esta edição, lançada a 13 de Outubro, inclui notícias de âmbito local e distrital, dando igualmente relevo às informações de carácter nacional.

Secção de Tomar debateu Alargamento

A União Europeia esteve em discussão no passado fim-de-semana em Tomar.

O Alargamento Europeu foi o tema de um encontro de militantes organizado pela Comissão Política Concelhia e contou com a presença do Deputado, João Moura.

Mudar Portugal Ganhar o Futuro

O PSD realizou na Madeira, a 13 e 14 deste mês, as suas Jornadas Parlamentares, nas quais os deputados se reúnem para reflectir sobre a sua actividade na Assembleia da República. Simultaneamente, num ambiente que, sendo de trabalho, não tem a formalidade das sessões de S. Bento, consolida-se o relacionamento pessoal e sublinham-se as relações de amizade, solidariedade e compreensão entre todos.



Estas jornadas foram marcadas pela realização de três painéis, o primeiro sobre a Europa e o seu futuro, bem como o lugar que Portugal ali deverá ocupar, o segundo e quiçá o mais importante, sobre a revisão constitucional, presidido por Pedro Santana Lopes e o painel final, que assumiu a forma de uma discussão interna sobre o funcionamento institucional do Grupo.

No painel presidido por Santana Lopes foi apresentada a proposta de revisão constitucional.

A criação de um Senado, a limitação dos mandatos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, a extinção da Alta Autoridade para a Comunicação Social e a sua substituição por uma entidade reguladora independente foram algumas das propostas defendidas pelo PSD.

Em discussão nas Jornadas Parlamentares do PSD esteve também, a necessidade de se alterar a Constituição na parte referente às consultas populares, por forma a adaptar-se o Texto Fundamental à intenção já anunciada por Durão Barroso, de realizar um referendo sobre o futuro da Europa no mesmo dia das eleições para o Parlamento Europeu.

Na lista das alterações que o PSD pretende que sejam contempladas numa eventual revisão do Texto Fundamental está ainda a desconstitucionalização da figura do governador-civil e a redefinição do princípio da imunidade dos titulares de cargos políticos (reconduzindo-os aos actos praticados no exercício e por causa do exercício das respectivas funções).

As eleições europeias, sobre as quais Durão Barroso já manifestou, no Conselho Nacional do PSD da semana passada, vontade de concorrer conjuntamente com o CDS/PP e o funcionamento interno do partido foram outras questões em debate na Madeira.

O presidente do PSD/Madeira e Presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, dedicando, entretanto, uma sua intervenção à revisão da Constituição, considerando que o texto fundamental em vigor está “viciado” pela existência de “alguns mitos e alguma ideologia arcaica”.

Nesse sentido, o líder madeirense assumiu ser favorável à revisão constitucional, tendo defendido que o Presidente da República deveria ter poderes para “abrir”, sozinho, o processo de alteração à Constituição.

“A minha opinião pessoal é que um candidato à Presidência da República

que peça um mandato popular tem toda a legitimidade democrática para fazer esta alteração ao sistema”, declarou o líder madeirense, referindo-se ao facto do processo de revisão do texto fundamental necessitar de uma maioria de dois terços de votos, ou seja, a aprovação dos dois maiores partidos (PSD e PS).

O Tribunal Constitucional foi também alvo de considerações por parte de Alberto João Jardim, que considerou dever ser formado “exclusivamente” por magistrados: “Devemos tentar despartidarizar ao máximo a formação do Tribunal Constitucional”. defendeu o presidente do Governo Regional madeirense.

Em relação ao sistema eleitoral, Jardim defendeu a redução de deputados da Assembleia da República e da Assembleia Legislativa Regional (medida contemplada na proposta de revisão constitucional do PSD), a criação de um sistema misto (em que metade dos eleitos sê-lo-ia através de círculos uninominais) e a manutenção das imunidades.

“Retirar as imunidades é fomentar o corporativismo”, sublinhou o líder do PSD/Madeira, acrescentando ser contra o regime corporativo, independentemente do sector em que existir.

No seu discurso, Alberto João Jardim fez uma apresentação sucinta das medidas que aplicou na região, desde que foi eleito para presidente do Governo Regional, em 1974 e que estão presentes “para quem as quiser ver”.

A intervenção de fundo de Guilherme Silva

O líder da bancada parlamentar Guilherme Silva, fez incidir parte da sua intervenção no sistema judicial português que, segundo o líder parlamentar, “funciona”, apesar de, admitiu, ter “erros, defeitos e insuficiências”.

“Começou a perceber-se, nos últimos tempos, que os órgãos de Justiça investigam e funcionam de forma igual para todos. Sem privilegiar ninguém, sem discriminar seja quem for”, disse o líder parlamentar do PSD que acrescentou “não ser admissível” que se culpem os magistrados por aplicarem as leis que são aprovadas e, no caso de estarem erradas, Guilherme Silva admitiu mudá-las na altura própria.

“Haverá um tempo e um modo para o fazer. E competirá um dia ao poder político fazer essa avaliação e esse julgamento. Mas não é aceitável que tal sirva de pretexto para atacar, criticar ou pressionar magistrados, que têm por missão única aplicar as leis”, frisou o social-democrata.

A recuperação económica e social de Portugal foi outro dos temas abordados por Guilherme Silva que, a este respeito, repetiu que os indicadores mostram que a credibilidade externa da economia portuguesa começa a consolidar-se.

Acusando a oposição (e em particular os socialistas) de serem “os profetas da desgraça”, o líder parlamentar do PSD considerou que o PSD e o Governo, por seu lado, representam a confiança e a esperança.

Antes, a propósito da revisão constitucional - que foi o tema central das Jornadas Parlamentares do PSD - o deputado social-democrata tinha elogiado as propostas de alteração à Constituição, sobretudo no que respeita às autonomias.

Ainda assim, Guilherme Silva frisou que a única alteração que defende neste contexto, e por razões de equilíbrio institucional, tem a ver com a nomeação do Representante da República.

“Este não o será apenas pelo Presidente da República, mas numa responsabilidade partilhada pelos órgãos de soberania, o que só reforça a importância dada às regiões autónomas”, conclui Guilherme Silva.

Jornadas Parlamentares

O texto completo da intervenção do líder parlamentar do PSD

Coube a intervenção de encerramento das jornadas, ao líder do Grupo Parlamentar do PSD, Guilherme Silva, que se tem destacada nos debates



no plenário, pela sua combatividade, aliada a um invulgar bom-senso e sentido de Estado, que cedo o impuseram à consideração dos seus pares.

Começou por saudar Protocolarmente os presentes e dirigindo-se a Alberto João Jardim, disse:

«Senhor Presidente do Governo Regional e Presidente da Comissão Política do PSD Madeira, permita-me que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas a V. Exa. para agradecer a sua hospitalidade e toda a colaboração e apoio que deu à realização, na Madeira, destas Jornadas do Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República.

«Autorize-me ainda, Senhor Presidente, que extravase do âmbito, a que, porventura, no entendimento de alguns, devia cingir-me, para me regozijar e exteriorizar a minha especial satisfação pelo facto de a amizade que nos une desde os bancos do liceu e ao longo de quase cinquenta anos, não ter nunca passado pela mais pequena crise que fosse, e que nem a política com todas as suas vicissitudes perturbou, antes intensificou e consolidou, estou certo, de que para sempre.

«Têm os Deputados do PSD eleitos pela Região, procurado ao longo de sucessivas Legislaturas, às vezes com dificuldades, outras deparando mesmo com incompreensões, procurado fazer o que tenho chamado de “pedagogia das autonomias”.

«Desta vez e na certeza antecipada de maior sucesso, neste particular, trouxemos até à Região os nossos companheiros Deputados à Assembleia da República eleitos pelos círculos de todo o País, entre os quais se inclui o melhor de todos nós, o Presidente da Assembleia da República, Deputado João Bosco Mota Amaral.

«E se já não tinha dúvidas do sucesso e da eficácia desta deslocação, que tanto honra a Região, e a todos nós, depois de termos ouvido a sua brilhante exposição, tenho a certeza de que todos os que aqui estão se orgulham da revolução que V. Exa. e os Governos Social-Democratas a que tem presidido, levaram a cabo na Madeira e no Porto Santo, ao longo destes últimos vinte e cinco anos.

«E permita-me que lhe diga que, para além e acima da espuma mediática, para além e acima das campanhas que lhe movem, para além e acima das acusações torpes de adversários sem escrúpulos, para além e acima da

frequente deturpação das suas declarações, para além e acima do incómodo que a muitos provoca a sua frontalidade, em nenhuma outra parcela do País se fez tanto em prole da unidade nacional, como tudo quanto resulta da gigantesca obra que V. Exa. concretizou aqui na Região, em todos os domínios, desde as infraestruturas básicas, à Educação, à Saúde, à Cultura, ao Turismo, à Agricultura, à Solidariedade Social e aos estímulos à iniciativa privada.

«De uma forma geral todos nos orgulhamos das terras onde nascemos, que gostamos de mostrar a visitantes e amigos, mas a Madeira nova do último quartel do século XX e deste início do século XXI, que é obra sua, redobra o orgulho de sermos madeirenses e enche-nos de vaidade.

«É esse profundo orgulho e essa indisfarçável vaidade que sinto como Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, ao realizar, na Madeira, durante os dias de hoje e de amanhã estas Jornadas Parlamentares.

Alberto João Jardim, o político português que mais vezes se submeteu, sempre com sucesso, ao sufrágio popular

«Nestes quase trinta anos que levamos de Democracia será, por certo, V. Exa., Senhor Presidente do Governo Regional, o político português que mais vezes se submeteu, sempre com sucesso, ao sufrágio popular, como é também, por certo, o dirigente e militante do PSD que mais vitórias eleitorais deu ao Partido.

«É de tal forma assim que os Deputados do PSD eleitos pela Madeira foram sempre Deputados afectos ao Governo. Se não o eram no Continente eram-no, porém, sempre, na Madeira.

«É bom lembrar que não lhe falta, antes lhe sobra, plena legitimidade democrática, para a sua acção política governativa e partidária, que merece a consideração e o respeito devidos à sua pessoa e ao cargo que exerce, consideração e respeito igualmente devidos ao livre voto popular, que o vem sucessivamente legitimando de forma inequívoca.

«O seu saber, a sua acumulada experiência política, interna e externa e o seu invejável currículo fazem com que, apesar do muito que com tanto sacrifício, pessoal e familiar, já deu à Região e ao País, apelemos para que continue a dar o seu activo contributo à causa pública, seja à Região e às Autonomias em que tanto se empenhou, seja ao Portugal Democrático que ajudou a construir e a solidificar, ajudando a travar, mais do que uma vez, tentativas totalitárias de esquerda, para si, como para nós, tão hediondas e tão condenáveis como as de direita.

«E é preciso que se diga que nesta obra de desenvolvimento e melhoria do bem estar das populações da Região e de concretização e consolidação institucional da Autonomia, os partidos da Oposição não meteram um só prego que fosse. Nem prego, nem estopa! Estiveram sempre contra!

«Este surto de progresso e de Justiça Social e de mais autonomia é obra dos sucessivos Governos Social Democratas e do povo madeirense, de que a esquerda, por cegueira sectária, se automarginalizou.

«Minhas Senhoras e meus Senhores,

«Estas são as primeiras Jornadas do Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República, nesta segunda Sessão Legislativa da IX Legislatura.

Embora seja naturalmente suspeito, penso que interpreto o sentimento de todos ao afirmar que não poderíamos ter escolhido melhor local para a sua realização.

«Antes de mais os deputados nunca vieram com tanta antecedência para as Jornadas, sendo que grande parte chegou já na Sexta-feira. A avaliar pelas informações que recolhi, até ontem, regista-se unanimidade no sentido de que estas já estavam a ser as melhores Jornadas de sempre.

«Minhas Senhoras e meus Senhores, são conhecidas as circunstâncias em que a actual maioria assumiu o Governo de Portugal. Os Governos socialistas deixaram o País numa grave crise financeira e económica e



Jornadas Parlamentares

totalmente desacreditado junto da União Europeia.

O estado do País que herdamos dos governos socialistas

«A divergência real da nossa economia em relação à Europa começou logo a partir de 1997. O endividamento externo acumulou-se e acentuou-



se, mês após mês e os limites impostos ao défice pela moeda única, bem como os compromissos do Estado português, foram sucessivamente alterados e incumpridos.

«O Orçamento do Estado para 2002 era um simulacro. Era uma ficção. Foi necessário começar por aprovar um novo Orçamento Rectificativo para 2002 para conformar aquele instrumento de gestão do Estado à dura realidade em que se encontravam as nossas contas públicas.

«Foi preciso falar verdade ao País, sem o que não era possível obter a compreensão dos portugueses para os sacrifícios, para as restrições e para o rigor que lhes vem sendo exigido. Passou-se a governar por metas, cumprindo-as, como aconteceu com os limites do défice em 2002 e vai seguramente acontecer em 2003.

«E apesar de, a par de a degradação interna, em que os socialistas em fuga deixaram o Estado e o País, termos atravessado uma difícil conjuntura económica europeia e mundial, não desistimos nem nos desviámos do rumo traçado.

Avançámos com profundas reformas estruturais, sem descuidar as medidas de protecção social aos mais carenciados

«E a par do esforço hercúleo para impor rigor às Finanças Públicas e dos estímulos à economia, à captação de investimentos e às exportações, avançámos com profundas reformas estruturais, sempre anteriormente prometidas, mas sempre também sistematicamente adiadas, e sem descuidar, ao mesmo tempo, a implementação de medidas de protecção social dos mais carenciados.

«À esquerda, que tem o presunçoso hábito de reclamar para si o monopólio da sensibilidade e da solidariedade social, temos de dizer que não há maior ofensa aos mais carenciados, nem maior revelação de indiferença à justiça social, do que o desperdício e o despesismo desregrado, que priva o Estado de meios essenciais para atenuar as carências e as privações dos mais desprotegidos.

«A nossa política e as nossas preocupações são exactamente de sinal contrário – eliminar o desperdício para afectar mais meios às políticas sociais. Como não aceitamos a gratuidade universal de serviços do Estado, sem distinguir entre ricos e pobres, sem diferenciar entre mais abastados e mais carenciados.

«É assim na Saúde Pública em que os mais ricos devem pagar mais para que se alarguem as prestações

gratuitas ou menos onerosas aos mais pobres. Assim o fizemos, também, em matéria de abono de família, aumentando-o para as famílias mais pobres e suprimindo-o em relação às mais ricas.

«Iniciámos a convergência das pensões ao salário mínimo nacional, indexação que estará integralmente concluída em 2006.

«Lançámos um programa de recuperação das listas de espera na Saúde, introduzimos os genéricos prometidos pelos socialistas, durante mais de seis anos, mas sempre adiados por cedência aos lobbies e aos interesses.

«É enorme a poupança que por essa via já foi possível assegurar no âmbito da Saúde.

«Vamos implementar novas formas de gestão hospitalar, deixando claro que não nos subordinamos a fantasmas que lançam anátemas ou sacralizam o público ou o privado, em função de ultrapassados preconceitos ideológicos.

«Queremos eficácia e produtividade na Saúde e queremos assegurar melhores cuidados aos cidadãos. Por isso, a nossa posição é de abertura às formas de gestão privada e às parcerias, sem que o Estado abdique do seu papel regulador e fiscalizador.

«Também na Educação estamos a dar passos importantes, tendo passado a escolaridade obrigatória de 9 para 12 anos e introduzido mais rigor na avaliação, quer de alunos quer de docentes, e restaurado a autoridade dos professores.

«Vamos proceder à actualização das propinas e aí também temos de fazer pagar os que podem, porque mais abastados, para alargar os regimes de isenção e propiciar bolsas de estudo aos mais

carenciados.

«Estamos certos de que os jovens estudantes, pela sua generosidade, serão os primeiros a compreender da justiça das soluções que propomos, quer no tocante às propinas quer no respeitante aos regimes de prescrição, não se deixando instrumentalizar por quem não deseja um País mais justo e mais solidário.

«Aprovámos um novo Código de Trabalho, que concilia os direitos sociais dos trabalhadores com a flexibilidade necessária para tornar as nossas empresas mais produtivas e mais competitivas.

«Trata-se de um instrumento indispensável ao nosso crescimento económico e à afirmação empresarial externa de Portugal, em novos mercados, conjugadamente com uma nova óptica de diplomacia económica que implementámos.

«Aprovámos uma nova Lei da Adopção e a Reforma da Acção Executiva. amos brevemente concluir a Reforma do Notariado. Estamos, corajosamente, a executar a Reforma da Tributação do Património, que assegurará uma maior justiça fiscal. Implementámos novas medidas de combate à evasão e à fraude fiscal, que permitiram recuperar no primeiro semestre deste ano mais 130 milhões de euros do que no mesmo período dos três anos transactos, ou seja, mais quarenta por cento de receita fiscal de impostos em falta, do que nos anos de 2000, 2001 e 2002.

«E estamos agora, depois de tantas tentativas falhadas de anteriores



Jornadas Parlamentares

Governos, a implementar essa reforma das reformas, que é a Reforma da Administração Pública, indispensável à modernização e melhoria qualitativa e quantitativa dos serviços públicos, mercê da sua racionalização e eficiência na gestão.

«Não é uma reforma contra os funcionários públicos, como a oposição, que foi incapaz de a fazer quando Governo, pretende, deturpadamente, fazer crer!

«Bem pelo contrário, pretendemos criar melhores condições aos funcionários públicos e propiciar-lhes permanente formação, motivando-os para as suas tarefas, com responsabilidade e com profundo sentido de serviço público.

«Definimos um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovámos a nova Lei de Programação Militar e um novo Código de Justiça Militar, reforçámos a nossa posição na NATO. Não hesitámos, no caso do conflito com o Iraque, em privilegiar a relação Euroatlântica, estando ao lado dos nossos aliados, na defesa de valores fundamentais da Democracia e da Liberdade, contra a ditadura de Saddam Hussein e empenhados, sem hesitações, no combate ao terrorismo internacional.



Nunca nos deixámos enredar nas distinções de ditaduras boas e ditaduras más e de terrorismo bom e terrorismo mau.

«É a credibilidade externa de Portugal que se reafirma e reabilita. Nunca nos deixámos enredar nas distinções de ditaduras boas e ditaduras más e de terrorismo bom e terrorismo mau. Condenamos, de forma inequívoca, todas as violações dos Direitos do Homem, todos os atentados à Liberdade e à Democracia, todas as formas de Terrorismo, independentemente das suas conotações à esquerda ou à direita.

«E que fique bem claro: - não aceitaremos, nem nunca toleraremos, sob pena de atentarmos contra os nossos mais profundos sentimentos colectivos e de negarmos a nossa História, que Portugal hesite, por infeliz inspiração de pseudo-esquerdas folclóricas, na condenação de quaisquer formas de opressão ou de intimidação, como são as ditaduras e o terrorismo.

«Minhas Senhoras e meus Senhores, Não desistimos de mudar Portugal. Por isso vamos continuar as reformas estruturais a que nos comprometemos com os Portugueses.

«Temos neste momento pendentes na Assembleia da República, entre outras, a Lei de Bases da Educação, a Lei da Autonomia Universitária e dos Institutos Politécnicos e a Lei de Bases do Desporto. Vamos prosseguir a reforma do Sistema Político, cabendo salientar o trabalho do Vice-Presidente do Partido, Dr. Pedro Santana Lopes, da Deputada Leonor Beza, como Presidente da Comissão Eventual e do Deputado Luís Marques Guedes, como Coordenador.

«Minhas Senhoras e meus Senhores: Se fiz um relato prolongado, ainda que não exaustivo, de algumas das principais medidas adoptadas pelo Governo e das Reformas Estruturais que temos estado a implementar, é porque, implicitamente, dou-vos conta de parte significativa do trabalho do Grupo Parlamentar do PSD, direi mesmo dos Grupos Parlamentares da maioria, na Assembleia da República, no apoio que lhe compete dar ao Governo na execução do seu Programa.

«E digo isto porque há uns comentadores, uns fazedores de opinião, que recriminam a maioria, por apoiar o Governo, como se esta não fosse uma regra normal da Democracia Parlamentar. É claro, que vão mais longe e a acusação é de que a maioria tem uma posição acrítica em relação ao Governo.

«Naturalmente, que não contarão com a maioria parlamentar para fomentar a divisão dentro do PSD ou da coligação, ainda que isso renda protagonismo, propicie primeiras páginas na imprensa e assegure abertura de telejornais.

«Não vamos por aí, mas sempre lembramos que nenhuma Proposta de Lei do Governo saiu da Assembleia da República com a redacção original com que entrou, sendo que toda e qualquer alteração só foi possível com o

voto da maioria.

Esquece-se e oculta-se, o muito que este Governo tem feito, com o apoio da maioria, em coligação, no Parlamento.

«Introduzimos melhorias e correcções e essa também é a nossa missão, não para satisfação de comentadores e de analistas, mas porque os portugueses e o interesse nacional assim o exigem e o consciente exercício do nosso mandato o impõe.

«Mas também fiz este balanço e peço-vos desculpa pela sua extensão, porque na voragem dos “fait divers” e no empolamento dos episódios menores, que constituem, infelizmente, a opção dominante dos nossos media, esquece-se e oculta-se, o muito que este Governo tem feito, com o apoio da maioria, em coligação, no Parlamento.

«Minhas Senhoras e Meus Senhores, Enquanto isto o que propõe a esquerda, e em especial o maior Partido da Oposição – o Partido Socialista?

«Propõe que voltemos a fazer o que vinha fazendo o Eng.

Guterres – aumentar desregradamente a despesa pública e afundar, de novo, as Finanças do Estado e a Economia Portuguesa.

«Mas enquanto os nossos adversários, com absoluta cegueira político-partidária, do mais primário sectarismo, insistem nessa linha e criticam as nossas opções, as organizações internacionais, como o FMI, a OCDE, e a própria Comissão Europeia e bem ainda o Banco de Portugal, e o seu Governador, tal qual economistas de todos os quadrantes políticos, elogiam o acerto das opções adoptadas, que permitiram restaurar a credibilidade de Portugal junto da União Europeia e vão assegurar o nosso desenvolvimento sustentado.

«Minhas Senhoras e meus Senhores: Há duas preocupações centrais na política portuguesa dos dias de hoje – uma, em relação à justiça, a outra, em relação à recuperação económica e social do País.

«Quanto à Justiça desejo ser muito claro. Um Estado de Direito precisa que a justiça funcione. Uma democracia a sério exige confiança dos cidadãos na justiça do seu País. Um País moderno e evoluído reclama uma justiça eficaz, igual para todos, imune a pressões, independente e apenas vinculada ao primado da lei.

«Portugal tem hoje um sistema de justiça que, apesar de tudo, funciona. Pode ter erros, defeitos e insuficiências. Mas funciona. E essa é uma importante mais valia da nossa democracia actual.



Começou a perceber-se, nos últimos tempos, que os órgãos de justiça investigam e funcionam, de forma igual para todos

«Portugal tem hoje um sistema de justiça que é independente. Pode-se concordar ou discordar de aspectos ou regras do modelo existente. Mas é uma mais valia incontornável a independência do nosso sistema de justiça.

«Em Portugal, começou a perceber-se, nos últimos tempos, que os órgãos de justiça investigam e funcionam, de forma igual para todos. Sem privilegiar ninguém, sem discriminar seja quem for.

«Mas há aspectos em relação aos quais importa fazer algumas chamadas

Jornadas Parlamentares

de atenção. Não é admissível que, explícita ou implicitamente, de culpem os magistrados apenas e só porque aplicam as leis que são aprovadas. Se as leis estão erradas, mudam-se. Haverá um tempo e um modo para o fazer. E competirá um dia ao poder político fazer essa avaliação e esse julgamento. Mas não é aceitável que tal sirva de pretexto para atacar, criticar ou pressionar magistrados, que têm por missão única aplicar as leis que os responsáveis políticos ainda muito recentemente fizeram aprovar.

«E infelizmente, nos últimos tempos algumas dessas críticas enviesadas começaram a fazer o seu curso. Quem assim actua – e não somos nós a fazê-lo – de duas uma: ou não percebe verdades elementares ou deseja fazer pressão sobre as instituições da justiça. É, em qualquer dos casos, um comportamento absolutamente condenável.

«Como não são admissíveis os comportamentos públicos dos últimos dias, na sequência de uma decisão judicial que, como qualquer outra vinda dos Tribunais, cumpre respeitar. Esses comportamentos são duplamente intoleráveis. São intoleráveis porque usaram a sede da Democracia – a Assembleia da República – para fazer autênticos comícios políticos, ou transformá-la numa espécie de casa do *Big Brother*. O que se passou é próprio do PREC, de 1975, não é aceitável numa democracia consolidada como é a nossa, nos dias de hoje. Passados estes dias já devia ter havido uma reparação, um elementar pedido de desculpas.

«Mas estes comportamentos são ainda mais intoleráveis, porque algumas das declarações então produzidas – não todas, mas algumas delas – visam uma inaceitável politização da justiça ou, o que é ainda mais grave, introduzir pressões em relação a órgãos e entidades que têm de ser, por natureza, imparciais e independentes.

«Não está em causa condenar ou absolver seja quem for. Essa não é tarefa dos responsáveis políticos. É tarefa dos Tribunais. Não está também em causa a expressão de sentimentos de solidariedade. A solidariedade é um sentimento que só fica bem ser expressado quando alguém entende fazê-lo. O que está em causa – o que esteve em causa nos últimos dias – foi a ultrapassagem destes limites. E esses limites foram, nalguns casos, momento e declarações, claramente ultrapassados. E isso já não é aceitável. E não é aceitável porque configura, na prática, um inadmissível exercício, ainda que implícito ou indirecto, de pressão política.

«Nada disto valoriza a política, o Parlamento, a Democracia e a imagem dos responsáveis políticos. Pelo contrário. Tudo isto degrada a política e a imagem das instituições. Tudo isto cria nos cidadãos um sentimento de dúvida, de suspeita e de recriminação, que a todos nos toca.

«Não contem connosco para pactuar com este tipo de comportamentos. Somos sérios, mas não somos ingénuos. Somos a favor da independência da justiça. Sempre. Não somos a favor quando dá jeito e contra quando já não convém. É nestas ocasiões que se vê quem tem sentido de Estado e quem, de uma penada, envereda pela mais descarada das leviandades políticas. Foi um momento baixo, negro e triste da vida parlamentar!

«A segunda preocupação que temos releva do grande objectivo nacional que é a recuperação económica e social do País, a que já fiz referência. Os indicadores de recuperação aí estão. Só não vê quem não quer ver. O endividamento externo do País começou claramente a diminuir. As contas públicas começaram a ser controladas. Os índices de confiança de consumidores e investidores subiram por vários meses consecutivos. A inflação atingiu um dos valores mais baixos de sempre. A bolsa dá sinais de gradual, mas sólida recuperação. O investimento externo volta a procurar o nosso País. E o investimento privado – o mais decisivo de todos – começa a ressurgir, apostando em Portugal e no futuro da economia portuguesa.

«Tudo isto é possível porque Portugal recuperou credibilidade. Porque a credibilidade já começou a gerar confiança. Porque a confiança já está a dar lugar à criação de investimento e de riqueza.

«Este é o caminho. Um caminho que está certo, um caminho que é sólido, um caminho que começa a dar resultados, um caminho que nos vai levar a porto seguro.

«Os nossos adversários já perceberam isto. E tudo fazem para tentar disfarçar, ocultar ou desvalorizar esta realidade. Gostariam de prolongar a

recessão. É o argumento do quanto pior, melhor. É a política da terra queimada tão a seu gosto. Tão a gosto de quem só sabe destruir!



«Compete-nos a nós uma outra atitude – uma atitude positiva de estímulo à recuperação, de aposta no futuro. O País não está parado. A verdade é outra, o País não vai voltar para trás. Os nossos adversários representam os novos profetas da desgraça. Nós representamos a esperança e a confiança. Os nossos adversários simbolizam a resignação e a continuidade. Nós significamos a ambição e a mudança. Os nossos adversários falam mal dos portugueses. Nós apostamos e acreditamos nos portugueses.

«Temos, por isso, todas as razões para ver o futuro com outros olhos – os olhos de quem acredita, os olhos de quem aposta, os olhos de quem quer vencer e tem a certeza de que vai vencer o futuro.

Reflexão sobre a organização e funcionamento interno do Grupo Parlamentar e sua articulação com o Governo

«Minhas Senhoras e Meus Senhores, vamo-nos ocupar durante estas Jornadas, da reflexão sobre a organização e funcionamento interno do Grupo Parlamentar e sua articulação com o Governo e com o nosso parceiro da Coligação, em que podemos introduzir melhorias e aperfeiçoamentos.

«Vamos também preparar e anunciar algumas iniciativas legislativas e parlamentares e vamo-nos ocupar ainda do Tratado Constitucional Europeu e da Revisão Constitucional.

«Temas estes que, aliás, se associam, pela razão simples de que, o referendo europeu, a realizar, como pretendemos, no mesmo dia das eleições europeias, exige alteração da Constituição, como o próprio Tratado, em si, vai implicar alterações da nossa Lei Fundamental.

Agradecimentos

«Quero agradecer ao Dr. Pedro Santana Lopes, Vice-Presidente do Partido e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que presidiu ao Grupo de Trabalho que preparou o Projecto de Revisão Constitucional, a sua disponibilidade para intervir, como orador, nas Jornadas Parlamentares, sabendo de antemão quanto, como sempre, as vai enriquecer e valorizar com o seu contributo.

«Muito obrigada, pois, pela sua presença e participação.

«Como quero agradecer o contributo dado pelo Vice-Presidente Marques Guedes e pelo Deputado José Matos Correia ao

texto do Projecto que esta tarde vamos discutir.

«Quero agradecer também ao Deputado ao Parlamento Europeu Elmar Brok, Coordenador do PPE na Convenção sobre o Futuro da Europa, pela honra que nos dá com a sua presença e antecipar-lhe, desde já, quão gratificante é ouvir um Deputado alemão a defender, com particular sentido



Jornadas Parlamentares

de equidade, as posições dos pequenos países do Sul, como é o caso de Portugal.

«Ao Prof. Doutor Luís Lobo Fernandes, o meu muito obrigado, pela visão que, na óptica interna e universitária, nos trará das implicações do Tratado Constitucional Europeu para Portugal.

«Ao Deputado Sérgio Marques, que tão eficazmente tem representado a Região e o País, no Parlamento Europeu, o meu agradecimento pelo contributo que nos dará conta das implicações do novo Tratado para as Regiões Ultraperiféricas da Europa, como são a Madeira e os Açores.

«Minhas Senhoras e meus Senhores, estamos confrontados com inúmeros desafios, quer pelo Alargamento da Europa que se está a operar, com a entrada de dez novos Países, quer com a profunda alteração dos Tratados da União Europeia.

«Não vou antecipar a discussão do painel sobre as alterações aos Tratados Europeus, por respeito pelo espaço próprio das intervenções que vamos ouvir esta tarde.

«Não posso, porém, deixar de adiantar algumas palavras relativamente ao Referendo Europeu. Sem dúvida que as grandes mudanças que se desenham na arquitectura da União Europeia, em que nos integramos, pela sua profundidade, inovação e relevância está, ou deve estar, na primeira linha das preocupações da defesa dos interesses de Portugal, o que exige de nós todos convergência de esforços e o maior debate democrático, com a necessária elevação, e, por isso, acima das pequenas querelas político-partidárias.

«Mas a defesa do Estado português, a opção pelas melhores soluções para Portugal, não deve, não pode, fazer-se nas costas dos portugueses e, conseqüentemente, sem o necessário debate nacional sobre as mais relevantes inovações institucionais que o Tratado Constitucional europeu, em preparação, venha a introduzir.

«Bem fez, aliás, ainda há poucos dias, o Senhor Presidente da República, ao alertar para a necessidade de uma “participação informada dos portugueses” neste processo, referindo ainda que “só uma percepção clara da diversidade das questões que estão em jogo permitirá uma participação informada e uma decisão conseqüente”.

«Na verdade, não basta o debate que se deseja aberto, aprofundado e participado por todo o País. É preciso ser-se conseqüente, e se o PSD insistiu, durante longos anos, e logrou, por fim, obter, a custo, a anuência do PS para introduzir a figura do referendo na Constituição, com certeza que, não o fez, como, aliás, já demonstrámos no passado, com o sentido de criarmos mais um mero adorno constitucional.

«E se há matérias que justificam uma consulta popular, por via do referendo, é sem dúvida a das inovações mais relevantes que venham a ser

introduzidas na arquitectura e funcionamento da União Europeia, pelo Tratado Constitucional europeu.

«É preciso, pois, fazer um referendo europeu. Não contem connosco para dar este passo, sem dúvida importante para a construção da Europa, mas também, por isso, decisivo para o nosso futuro colectivo e para a nossa afirmação no concerto europeu, sem a directa auscultação dos portugueses.

«Nunca tivemos medo de ouvir os portugueses e não o temos também agora! Aliás, os deveres democráticos, e em especial os deveres democráticos elementares, não se compadecem, por parte de quem quer que seja, do menor medo pela livre expressão da vontade e opinião do povo português.

«E foi exactamente com a mais genuína preocupação de esclarecer os portugueses e, de forma conseqüente e coerente, consultá-los sobre a nova construção europeia, que o Primeiro-Ministro propôs que se faça, em Portugal, um referendo, em simultaneidade com as eleições

para o Parlamento Europeu, que terão lugar no dia 13 de Junho do próximo ano.

«Queremos que o referendo se faça no mesmo dia das eleições europeias. A junção dos dois actos, eleições europeias e referendo – a exemplo do que acontecerá, significativamente, noutros países da União Europeia, como a nossa vizinha Espanha, será, sem dúvida, a forma mais adequada à legitimação popular do projecto político europeu e da nossa participação, de corpo inteiro, nesse projecto.

«Trata-se do momento, por excelência, mais adequado ao debate plural e aprofundado das questões europeias e, conseqüentemente, o mais propício ao esclarecimento dos portugueses.

O mais amplo debate em todo o País, sobre o Tratado Constitucional Europeu

«Na verdade, é preciso encontrar a forma e a ocasião que melhor assegurem o mais amplo debate em todo o País, sobre o Tratado Constitucional Europeu, proporcionem o mais aprofundado esclarecimento dos cidadãos e garantam o maior grau de participação dos portugueses na consulta por via do referendo. E esse momento e forma é, sem dúvida, o da simultaneidade das eleições para o Parlamento Europeu com aquela consulta popular.

«Além do mais, há que acautelar, ao máximo, a garantia de uma participação de mais de cinquenta por cento dos eleitores, para que tal consulta seja válida, sendo certo que temos todos a obrigação de tudo fazer para evitar o vexame e a fragilização da posição de Portugal, face à União Europeia e às suas instituições e face aos nossos parceiros europeus.

«Estamos em período de Revisão Constitucional, pelo que é fácil, desde que haja vontade política, alterar a Constituição, em termos de ser possível acumular os dois actos de consulta dos portugueses.



Jornadas Parlamentares

«É este o nosso propósito. É este, responsabilmente, o nosso objectivo. Partilhar com os portugueses a discussão do Tratado e obter deles a necessária legitimação popular para a nova arquitectura Europeia e para os novos moldes em que Portugal continuará a participar activamente no projecto europeu.

«Como referiu o Primeiro-Ministro “o que estamos a discutir não é um Tratado burocrático e administrativo, é algo que tem de ter o apoio dos nossos cidadãos”.

«Não tememos a Democracia. Tememos sim os que hesitam perante as soluções democráticas e receiam propiciar aos portugueses as melhores condições para, de forma esclarecida e consciente, expressarem a sua opinião e vontade sobre o futuro da Europa e sobre a participação de Portugal no projecto europeu.

«Minhas Senhoras e meus Senhores, quanto à Revisão Constitucional também não vou elencar aqui as alterações que propomos, quer em geral,



quer no tocante às Autonomias Regionais.

«Mas quero deixar claro que nesta matéria cada qual deve assumir as suas responsabilidades, cabendo lembrar que na luta político-partidária não vale tudo.

«É sabido que o Partido Socialista apresentou já a sua proposta de Revisão Constitucional em que fez letra morta da Resolução aprovada pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira, percebendo-se bem as dificuldades dos dirigentes regionais do PS para se libertarem desse embaraço.

«O PSD acolheu o Projecto de Resolução e as harmonizações de redacção ou de ordem sistemática, a que se procedeu, não envolvem quaisquer alterações de substância relativamente às pretensões da Assembleia Regional. Nalguns casos, foi-se mesmo mais longe no aprofundamento da Autonomia.

«A única alteração que assumimos e consideramos adequada, por razões de equilíbrio institucional, tem a ver com a nomeação do Representante da República, que não o será apenas pelo Presidente da República, mas numa responsabilidade partilhada pelos órgãos de soberania, o que só reforça a importância dada às Regiões Autónomas, tal nomeação ocorrerá sob proposta do Governo.

«Expliquem-me onde tal Resolução belisca a Autonomia ou se torna fonte de conflitos!?

«Aliás, a nossa identificação com as propostas da Assembleia Legislativa está bem patente no facto de reproduzirmos no Preâmbulo do nosso Projecto, a Justificação de Motivos da Resolução do Parlamento Regional.

«Presto aqui uma homenagem ao PSD dos Açores, na pessoa do Presidente da sua Comissão Política Regional, Dr. Victor Cruz, cuja presença agradeço, pela convergência registada. Esta total sintonia só é possível no Partido das Autonomias - o PSD!

«Uma palavra de muita gratidão ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, sempre incansável e sempre disponível, para articular connosco os trabalhos quer em Plenário, quer em Comissão, quer ainda pela ajuda que nos dá nas situações mais difíceis.

Saudação ao CDS/PP

«Quero saudar o PP e o seu Grupo Parlamentar, na pessoa do seu Líder, Dr. Telmo Correia e dizer-lhe que muito nos honra com a sua presença, não podendo deixar de expressar o meu testemunho do seu empenho no esforço de convergência dos dois Grupos Parlamentares na execução do projecto comum que nos une, por Portugal e pelos Portugueses, e que só é possível com a necessária estabilidade de Governo e da maioria Parlamentar.

«Uma saudação muito especial ao Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Regional, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Regional e do seu Líder, Jaime Ramos, a quem agradeço o apoio para estas Jornadas.

«Um agradecimento à Fundação Berardo na pessoa do Senhor Comendador Joe Berardo pela sua amabilidade para com o Grupo Parlamentar.

«Um agradecimento especial ao PSD Madeira e em particular ao Carlos Machado por todo o seu apoio.

«Agradeço também ao Dr. Mário David que se empenhou no sentido de assegurar a presença do Deputado do PPE, Elmar Brok.

«Quero naturalmente agradecer a todos os Deputados do Grupo Parlamentar a colaboração que têm dado ao longo da Legislatura, aos nossos trabalhos, desde os membros da Direcção que mais de perto me acompanham, aos Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões e Sub-Comissões, aos Senhores Deputados Coordenadores e a todos em geral.

«Aos Senhores Funcionários do Grupo Parlamentar e do Partido e ao Secretário-Geral Adjunto, Dr. Matos Rosa, o meu reconhecimento pelo apoio que sempre nos têm dado.

«Agradeço o apoio do pessoal do Hotel Savoy e da sua Administração, na pessoa do Senhor Comendador Horácio Roque, que nos honrou com a sua presença.

«À Comunicação Social e aos Senhores Jornalistas que nos acompanham, o muito obrigado pela vossa presença e colaboração e pela cobertura que farão dos nossos trabalhos.

«E antes de terminar quero expressar a nossa profunda solidariedade para com as vítimas incêndios e às famílias dos que perderam a vida e dos muitos que ficaram privados de bens e haveres essenciais à sua subsistência e prestar homenagem ao Primeiro-Ministro pela forma como acompanhou aquela calamidade e pelas medidas já adoptadas pelo Governo.

«A todos vós, que nos honraram com a vossa presença e com tanta paciência me ouviram, o muito obrigado pelo estímulo que nos trouxeram para continuarmos, cada vez mais empenhados, neste desafio de mudar Portugal para que, connosco, com este Primeiro-Ministro, com este Governo, com esta maioria, os portugueses ganhem o futuro!

«Disse.»

Guilherme Silva

O primeiro-ministro e líder nacional do PSD encerrou as jornadas



O primeiro-ministro e líder nacional do PSD, Durão Barroso chegou na manhã de terça-feira à Madeira, para o encerramento das Jornadas, enalteceu o desenvolvimento em curso na Região Autónoma, que “engrandece” Portugal.

“É com muita satisfação, sempre, que visito a Madeira, e quero deixar, mais uma vez, um sinal de reconhecimento, de gratidão, de admiração por tudo aquilo que têm feito para engrandecer o nome de Portugal, aqui, em pleno Atlântico”, disse.

Manifestou-se ainda satisfeito pela distinção que a Madeira obteve

do jornal inglês Daily Telegraph como sendo um dos melhores destinos turísticos do mundo.

Sobre a questão do projecto de revisão constitucional, Durão Barroso considerou “desejável” que o PSD apresente um projecto próprio, mesmo havendo divergências “sobre um ou outro ponto”.

“Isso é natural, pois o que interessa é que foi aprovado por unanimidade no último Conselho Nacional”, disse o presidente do PSD.

Jornadas Parlamentares

O reforço das autonomias foi outro dos pontos abordados por Durão Barroso no seu discurso que, a este respeito, frisou que o projecto de revisão constitucional engloba quase todas as propostas apresentadas pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

Antes, o primeiro-ministro tinha iniciado a sua intervenção elogiando o resultado final do acordo de pescas, concluído na segunda-feira em Bruxelas, no qual Portugal conseguiu que, no prazo de 10 anos, se aplique um regime de acesso limitado às águas portuguesas a 32 embarcações espanholas.

Este tema serviu, aliás, de mote para Durão Barroso criticar o PS, que na segunda-feira, disse, “zangou-se com o resultado” obtido.

Uma situação que o primeiro-ministro considerou ser exemplificativa da actuação do PS que, em seu entender, “chega sempre atrasado em tudo”.

“Até foi preciso termos um Presidente da Assembleia da República do PSD para as sessões plenárias começarem a horas”, ironizou Durão Barroso, enquanto os deputados sociais-democratas aplaudiam.

Falando sobre o próximo Orçamento de Estado para 2004, lembrou que “a meta do Governo no Orçamento de Estado para 2004 é que o défice seja inferior ao que é estabelecido na União Europeia, estabelecendo os 2,8 por cento do PIB como o limite máximo a atingir.

Dedicando uma boa parte do seu discurso ao Orçamento de Estado para 2004 que foi aprovado no mesmo dia, à tarde, em Conselho de Ministros e entregue no Parlamento na quarta-feira, o Primeiro-Ministro declarou ainda que o documento que irá gerir as finanças do Estado no próximo ano é de “consolidação” das contas públicas.

Perante os deputados do PSD, Durão Barroso explicou que o desagravamento fiscal é outro dos objectivos do orçamento para 2004 - a par do rigor e controlo da despesa e o investimento de qualidade - pelo que prometeu a redução do IRC para os 25 por cento.

por cento, 40 por cento na Cultura e “crescimento no investimento” com participação comunitária.

“Este é o Orçamento de consolidação que vamos apresentar ao país”, sublinhou o chefe de Governo, acrescentando que tal só é possível devido aos primeiros sinais de retoma que a economia portuguesa começa a apresentar.

Ainda sobre este ponto, o Primeiro-Ministro apontou o aumento das exportações e o comportamento positivo dos mercados accionistas como exemplos de que a economia portuguesa está “num ponto de viragem” advertindo, no entanto, que o país “não está ainda em retoma”, apesar de estar “no bom caminho”.

A este respeito recordou o discurso que proferiu na sua tomada de posse como chefe de Governo, em Abril de 2001, no qual afirmou que esta legislatura dividir-se-ia em duas fases.

A primeira, lembrou, seria de consolidação das contas do Estado

e a segunda, em 2004, será marcada pela retoma.

“Posso hoje dizer-vos, com toda a sinceridade, que estamos à beira de ganhar essa aposta”, anunciou Durão Barroso, garantindo que a pressão de alguns economistas não o irá fazer recuar no caminho que está a ser seguido.

Em relação ao rigor, o primeiro-ministro afirmou que é preciso “manter a linha de contenção na despesa”. E reconhecendo que “houve problemas com as receitas”, argumentou que a despesa está controlada, pelo que o Governo pode avançar com o desagravamento fiscal. A diminuição dos impostos vai concretizar-se nas alterações, já anunciadas em Abril passado, nos impostos sobre o património e na descida da taxa de IRC dos actuais 30 por cento para 25 por cento.

Quanto ao investimento, Durão disse que “nem todo o investimento é bom”. E para o mostrar recorreu a dados da OCDE, segundo os quais, durante os governos socialistas, a criação de emprego no sector privado foi nula, enquanto, por dia, entravam 91 pessoas no Estado. Por isso, continuou,

a aposta terá de ser feita na produtividade interna e no reforço da competitividade externa e o Executivo vai ser selectivo no investimento.

Fazendo sempre a comparação com o que será efectivamente gasto em 2003 não com o que foi orçamentado (neste caso há um corte global de igual valor), o primeiro-ministro anunciou aumentos de 35 por cento para a Ciência e de 40 por cento para a Cultura. O próximo ano vai ser, concluiu Durão Barroso, “o ponto de viragem na economia e na política portuguesa.

Ainda referindo-se à revisão constitucional, Durão Barroso afirmou que estava consciente que, eventualmente, uma parte do projecto de revisão constitucional do PSD não vai ser aprovada. “É verdade que alguns daqueles pontos não vão passar, mas fica para a história que o PSD os apresentou”, disse.

Ao longo dos dois dias de trabalhos, foram discorrendo os

elogios a Alberto João Jardim, o presidente do governo regional da Madeira. Durão elogiou a “obra notável” do PSD-Madeira e disse mesmo que Jardim “é o rosto do desenvolvimento e do bem estar social”. Logo no discurso de abertura das jornadas, o líder parlamentar, Guilherme Silva disse :”Estas [Jornadas Parlamentares] já estão ser as melhores jornadas de sempre”.

Fontes: Lusa, DN, JN, Público



“Esta é uma medida corajosa que aponta sinais de retoma e que se deve aos êxitos que tivemos na primeira fase da política do Governo”, sublinhou o primeiro-ministro, considerando a medida “essencial” para estimular a competitividade.

Sobre o PIDDAC para 2004, Durão Barroso prometeu que “irá crescer mais 10 por cento” em relação ao ano corrente, tendo estabelecido também como prioritário o aumento dos investimentos na Ciência em cerca de 35

O Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, José Luís Arnaut representa Portugal em Macau

Abriu no Domingo, dia 12, em Macau, o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa no qual, em esteve em representação de Portugal, o Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro José Luís Arnaut que nas suas palavras de abertura sublinhou que a economia chinesa “é um possante motor económico ao nível global” possibilitando por isso um “potencial económico e empresarial a desenvolver, quer no plano bilateral, quer identificando possibilidades de triangulações com vários dos países participantes, onde a coincidência dos interesses económicos o justifique e aconselhe”.

Sobre Macau, José Luís Arnaut salientou a importância do “posicionamento geográfico estratégico, enquadrado numa das sub-regiões mais dinâmicas do globo”, classificando como um “pivot natural para fazer a ponte entre a China e os países de língua portuguesa”, dadas as ligações históricas a Portugal e à cultura portuguesa.

O ministro português disse ainda que a “aproximação da China, com todas as suas potencialidades e dinamismo económico, aos mercados lusófonos, num quadro de reciprocidade e de vantagens mútuas, será seguramente um poderoso factor de crescimento e desenvolvimento económico para os países envolvidos”.

Já Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil afirmou que a China se “transformou” em três anos no segundo principal parceiro do seu país.

No contexto da lusofonia, o Brasil “representa uma fatia muito importante do mercado”, já que tem e 176 milhões dos cerca de 220 milhões de pessoas do mundo lusófono, referiu Furlan.

Os países africanos de língua portuguesa aproveitaram a cerimónia inaugural para destacar as longas relações com a China, sublinhando especialmente o apoio recebido no período que conduziu à independência.

Hoje o apoio chinês traduz-se na concretização de projectos de desenvolvimento e nas trocas comerciais, salientaram os representantes de Angola, Moçambique, Cabo-Verde e Guiné-Bissau, missões que os países africanos querem continuar a beneficiar.

Já Abel Ximenes, Vice-Ministro do Desenvolvimento e Ambiente de Timor-Leste, explicou que a aposta governamental tem de estar centrada na recuperação das infra-estruturas destruídas devido à luta em que o povo timorense se envolveu pela



independência face à Indonésia, mas salientou alguns recursos naturais disponíveis, como o petróleo e o gás, e a cooperação internacional como factores determinantes para o desenvolvimento.

O fórum de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua oficial portuguesa e se prolonga até terça-feira 14, com diversos contactos entre os participantes e as delegações empresariais.

Na segunda-feira, os chefes das missões da China e dos países de língua portuguesa reuniram-se numa cimeira ministerial da qual saiu um protocolo de cooperação entre os participantes.

A cimeira Ministerial e a posição portuguesa

O Vice-Ministro do Comércio chinês An Min defendeu o reforço da cooperação entre a China e os países lusófonos, no âmbito económico e tecnológico, formação de recursos humanos, exploração de recursos e na protecção ao investimento.

An Min sustentou a aposta da China na protecção do investimento externo através de protocolos bilaterais, deixando claro que pretende alargar tal protecção aos investimentos de todos os países de língua portuguesa.

Actualmente a China tem acordos de protecção do investimento com Portugal e Moçambique.

Durante a discussão da proposta chinesa, os países de língua portuguesa apresentaram as suas

experiências, com o Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro José Luís Arnaut a centrar em si as atenções quando afirmou que, em matéria de apoio ao desenvolvimento, o importante “não é dar o peixe, mas ensinar a pescar”.

É por isso, explicou o governante, que tem vindo a aumentar a “canalização de assistência financeira para a dinamização do sector privado dos países beneficiários, fomentando o comércio, o investimento e a cooperação empresarial”.

José Luís Arnaut disse também que Portugal tem uma “vasta tradição empresarial” nos mercados de língua portuguesa e tem vindo a apostar na cooperação para o desenvolvimento disponibilizada pelas instituições financeiras internacionais, embora reconheça que o retorno não esteja a ser adequado ao esforço financeiro desenvolvido.

Por isso, afirmou, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa deveria ser aproveitado como uma “plataforma de troca de informações” sobre projectos a desenvolver nos países participantes, de forma a identificar “desde logo potenciais empresas interessadas e configurar consórcios empresariais competitivos”.

Fórum de cooperação económica Portugal-China

Uma fonte do gabinete de José Luís Arnaut disse à comunicação social que China e Portugal vão

organizar em conjunto fórum de cooperação económica no próximo ano.

Um grupo de trabalho composto por elementos dos dois países vai efectuar, durante o primeiro semestre de 2004, a preparação do fórum, cuja data e local de realização não foi ainda definida, adiantou a fonte.

O evento terá lugar no ano em que se comemoram 25 anos de relações diplomáticas entre Portugal e a China.

A proposta para a realização do fórum partiu de José Luís Arnaut durante um encontro bilateral das delegações dos dois países.

“O objectivo do fórum bilateral é a realização de um grande encontro de forte componente empresarial que resulte no reforço das trocas comerciais entre os dois países”, afirmou a fonte ministerial.

Na segunda-feira, o Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro teve também um encontro com o chefe do Executivo da região Administrativa Especial de Macau, Edmund Ho, a quem reforçará o convite português para que este visite Portugal durante a realização do Euro 2004 de futebol, referiu.

Assinatura de um “Plano de Acção para a Cooperação”

As delegações ministeriais da China e dos países de língua portuguesa que participam no fórum para a Cooperação Económica e Comercial assinaram na segunda-feira em Macau um plano de acção



José Luís Arnaut em Macau

No Fórum China-Países de Língua Portuguesa

para a cooperação que inclui a protecção do investimento.

Dividido em oito pontos, o acordo, assinado por José Luís Arnaut em representação de Portugal, assegura que os Governos dos oito países participantes se “comprometem a empreender esforços no sentido de incentivar um quadro legal favorável à realização e protecção dos investimentos, bem como a promover acordos bilaterais de protecção e promoção dos investimentos.

Ao nível Intergovernamental, os ministros acordaram a “intensificação e aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta bilaterais” com o objectivo de “identificar novas áreas e novos meios para a cooperação económica e comercial” enquanto que o fomento do comércio bilateral deve ser realizado numa base de “igualdade e reciprocidade, desenvolvimento harmonioso e no respeito das regras do comércio internacional”.

Por outro lado, o acordo obriga os Governos dos países participantes a “apoiar” a realização de feiras e exposições de produtos específicos dos países diferentes países “com vista a facilitar o acesso dos produtos aos respectivos mercados”.

Fica ainda estabelecido que os oito participantes no fórum vão “favorecer o desenvolvimento das relações” entre as empresas dos seus países nomeadamente através da troca de informações sobre oportunidades de negócios e investimentos.

Agricultura, pescas, engenharia e construção de infra-estruturas, exploração de recursos naturais segundo o “princípio da reciprocidade e da complementaridade de vantagens”, são também domínios onde a cooperação foi acordada pelos ministros.

A formação profissional de recursos humanos, nomeadamente através de “programas específicos de formação” nas várias vertentes do fórum foi também incluída no plano de acção assinado pelos ministros durante a conferência ministerial.

Para acompanhar o estabelecimento do plano acordado hoje entre a China e sete dos países da língua portuguesa, será também constituído em Macau um secretariado permanente que irá “garantir o apoio logístico e financeiro necessário bem como a ligação indispensável para a concretização das iniciativas e dos projectos a implementar”.

A definição dos projectos caberá

à rede de “pontos focais” a ser criada por cada um dos países participantes.

O acordo prevê ainda a realização em Macau de um novo fórum multilateral em 2006.

Reforçada a posição de Macau

No termo do fórum, no dia 14, uma das conclusões foi que esta reunião reforçou a posição de Macau, ou seja da Região Administrativa Especial (RAEM) no contexto interno da República Popular e da lusofonia.

A importância dada pelas autoridades chinesas ao antigo território sob administração portuguesa com a organização do evento, reafirmou Macau como “porta de entrada” para a China e como “ponte de ligação” entre o Oriente e o Ocidente, tal como foi afirmado tanto pela vice-primeira-ministra chinesa, Wu Yi, como pelo Vice-Ministro do Comércio, An Min.

O chefe do Executivo Edmund Ho tinha afirmado logo na sessão de abertura que o objectivo do fórum era a construção de uma “ponte de cooperação económica e comercial” entre a China e os países da lusofonia através de Macau, o que mais tarde se viria a confirmar como uma realidade através da assinatura de um plano de acção para a cooperação cujos projectos passam pelo secretariado do fórum criado na RAEM.

Por outro lado, com a assinatura do acordo de parceria económica entre Macau e o continente chinês, os produtos oriundos de países terceiros e que sofram um processo de transformação na RAEM podem ser exportados para a China sem taxas ou com tarifas mais reduzidas o que poderá contribuir para o desenvolvimento da indústria macaense especialmente em áreas em que os países da lusofonia careçam de apoio para proporcionar mais valias aos seus produtos.

Este desenvolvimento industrial dá a Macau o fôlego necessário para enfrentar os problemas que possam surgir com o fim em 2005 das quotas de exportação para os Estados Unidos e União Europeia derivado das decisões da Organização Mundial do Comércio.

Encontro entre José Luís Arnaut e o Vice-Ministro do Comércio da China

Mas, se dúvidas existissem, o encontro entre o Ministro-Adjunto

do Primeiro-Ministro português, José Luís Arnaut, com o Vice-Ministro do Comércio da China, An Min, veio confirmar o reforço do papel de Macau como ponte de ligação ao ser estabelecido no território que Portugal e a China se encontram em 2004 para realizar um fórum bilateral de cooperação económica e comercial com a participação das principais empresas de cada país.

O fórum bilateral, que decorrerá no ano em que se assinalam 25 anos de relações diplomáticas entre a República Popular e Portugal não tem ainda

Por outro lado, a língua portuguesa demonstrou a sua “capacidade” de mobilização de interesses para a “consolidação da cooperação” entre os participantes, como sublinhou o secretário de Estado adjunto do ministro português da Economia, Franquelim Alves.

Finalmente, José Luís Arnaut afirmou que o fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa permitiu “criar alguns alicerces” para o reforço das relações luso-chinesas.

Em Macau, o Ministro-Adjunto



data nem local definido de realização mas não seria estranho que a opção recaísse sobre Macau, o local onde os dois povos se encontraram há cerca de 500 anos.

A China quer, utilizando a plataforma de Macau, duplicar para cerca de 12 mil milhões de dólares, o montante das trocas comerciais com os países de língua portuguesa nos próximos cinco a sete anos e acordou com os países lusófonos a realização de um fórum idêntico ao que terminou em Macau de três em três anos.

Nas intervenções das delegações dos países de língua portuguesa ficou também claro que a Macau é hoje visto como uma “porta de entrada” para a China e a sua relação privilegiada com a comunidade lusófona como uma “mais valia” para o reforço das trocas comerciais com benefício mútuo dos intervenientes.

Sem líderes, como sublinhou o Vice-Ministro An Min, o fórum “estabeleceu consensos” de cooperação que agora terão conteúdo prático se “for desenvolvido o comércio bilateral” entre os países lusófonos e a China.

português afirmou que Portugal e a China vão comemorar em 2004 os 25 anos de relações diplomáticas com visitas a ambos os países ao mais alto nível que deverão ser aproveitadas também pela componente empresarial.

“Por ocasião das visitas ao mais alto nível, entendemos que deveriam ser dadas oportunidades de se realizarem seminários empresariais de modo a dar outra componente à concretização do plano de acção para a Cooperação Económica e Comercial assinado e essas iniciativas terão um carácter de “complementaridade” ou diplomacia económica”.

Os 25 anos de relações diplomáticas entre Portugal e a China foram também referidos pelo Vice-Ministro do Comércio da China que disse ser uma data que “merece ser festejada”, ao mesmo tempo que manifestava o desejo de ver Portugal a continuar a desenvolver esforços para o reforço da cooperação entre a República Popular e os países da lusofonia.

Fontes: Lusa, DN, Público

Em Alcobaça

Colóquio «Superação de Barreiras Arquitectónicas» no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência



O Presidente da Câmara de Alcobaça, José Gonçalves Sapinho

Integrado nas actividades do «Ano Europeu das Pessoas com Deficiência» realizou-se em Outubro, às nove horas, na Biblioteca da Câmara Municipal de Alcobaça, um colóquio subordinado ao tema “Acessibilidades e superação de barreiras arquitectónicas”.

A organização do evento esteve a cargo do Governo Civil de Leiria, da Câmara Municipal de Alcobaça, da APD, da ACAPO, da CEERIA e da SPEM – Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (Delegação Distrital de Leiria), com o apoio do Banco Comercial Português.

Do programa constaram, às 9h00

- Recepção dos participantes.

Às 9h30 - Sessão de abertura, com o Governador Civil, Dr. José Leitão, o Presidente da Câmara de Alcobaça, Dr. José Gonçalves Sapinho; a Directora do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Leiria, Dr.ª Conceição Cruz: a representante da Associação Portuguesa de Deficientes, Dr.ª Maria José Ruivo; o Presidente da Direcção da ARICOP, Dr. Rui Monteiro de Matos e o Presidente da Direcção do CEERIA, Dr. José Belo.

Às 10h00, debate sobre o tema “Acessibilidades”, sendo moderador o Dr. Luís Rodrigues e oradores o Dr. Carlos Pereira (Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência); Arq. Manuel Ferro (Técnico da Câmara Municipal de Alcobaça); Arq. Joana Marcelino (Técnica da Câmara Municipal de Porto de Mós)

Depois da habitual pausa para café, o debate, com intervenção dos assistentes continuou até à hora do almoço, a que se seguiu a discussão do tema “Vivência e dificuldades no quotidiano”, com moderação da representante da Câmara Municipal de Alcobaça e sendo oradores

Cristóvão Simão (Representante do Centro de Educação Especial Reabilitação e Integração de Alcobaça - CEERIA); Manuel de Sousa (Representante da Associação Portuguesa de Deficientes - APD); Dr. Luís Filipe Barata (vice-Presidente da Associação de Cegos e Amblíopes de

e as conclusões foram formuladas já no fim da tarde.

Considerando a importância do tema para pelo menos cerca de 1 milhão de portugueses e a alta qualidade dos intervenientes, este colóquio pode considerar-se um sucesso e é certo que as suas



Portugal - ACAPO) e a Dr.ª Madalena d'Almeida (representante da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla - SPEM).

Seguiu-se o segundo debate do dia

conclusões podem ser muito positivas para, no Concelho de Alcobaça, se venha a concretizar a eliminação de barreiras arquitectónicas que ainda possam existir. - **PSD/Leiria**

PSD de Braga visitou Guisande

A Comissão Política da Secção de Braga, no primeiro fim-de-semana deste mês, deu sequência ao Programa de visitas às Freguesias do Concelho, na companhia de elementos da JSD e do Gabinete de Apoio aos Autarcas das Freguesias e Autarcas nos órgãos municipais, promovendo um encontro com os seus representantes na Freguesia de Guisande, liderados por Adelino Sá.

Tratando-se de uma freguesia da periferia do concelho, Guisande é também uma das freguesias menos populosas, com um número próximo dos 500 residentes.

Tal como já foi possível observar em outras freguesias já visitadas pelo PSD, estas situações requerem um particular empenho das Juntas de Freguesia na criação de incentivos à afixação da população, mormente dos mais jovens.

Em Guisande, não só se tem revelado extremamente difícil ou custoso a aquisição de espaços para construção de novas casas como rareiam as oportunidades de emprego face à escassez das actividades

económicas localizadas na Freguesia.

A este nível, também a Agricultura –uma das actividades



tradicionais – vem registando uma tendência de quebra, com o sucessivo abandono do cultivo de terrenos.

Guisande é, acima do mais, uma freguesia com inúmeras carências ao nível das condições mínimas para a

(permanece em projecto) e a rede de abastecimento de água cobre apenas 30% da freguesia.

Ainda neste domínio, a recolha de lixo ocorre uma única vez por semana, com naturais consequências gravosas sobre a acumulação de detritos e a ocorrência de maus cheiros.

Guisande depara-se também com grandes lacunas no plano das acessibilidades e caminhos internos, tradicionalmente estreitos e com pisos irregulares.

Para lá da falta de informação à população sobre a generalidade das questões mais relevantes da Freguesia, os representantes do PSD acusam o Executivo da Junta de Freguesia de uma total incapacidade de reivindicação junto da Câmara Municipal, com fortes prejuízos para os residentes e para a Freguesia.

Em súplica, o PSD apela a que a Freguesia de Guisande seja colocada no mapa do Concelho. Na verdade, merece igual respeito um Bracarense de uma Freguesia com 500 habitantes como o de uma Freguesia com 5000...



Carlos Martins no hospital de Faro inaugura o mais moderno Laboratório de Hemodinâmica

No passado dia 6 de Outubro, o Serviço de Cardiologia do Hospital Distrital de Faro (HDF) passou a contar com um Laboratório de Hemodinâmica que, neste momento, em termos de equipamento, é o mais avançado do país. O Secretário de Estado da Saúde, Carlos Martins, que esteve presente no acto, declarou à Imprensa que quando o Hospital Central do Algarve for uma realidade, este novo equipamento será transferido para lá.

Carlos Martins afirmou que o Ministério da Saúde continuará a investir no HDF, enquanto este hospital mantiver a missão de principal unidade hospitalar da região. “Não hesitaremos em dotar o hospital com mais e melhores recursos humanos”. Segundo o secretário de Estado da Saúde, “quanto maior for essa capacidade, melhor será a transferência ou a passagem de um hospital de matriz regional para outro de matriz central, que terá, nesta altura, tecnologia de ponta”, revelou.

Por isso, o objectivo da tutela é, ao realizar este investimento, que ficou orçado em 2,39 milhões de euros, dar possibilidade ao Hospital Distrital de Faro de captar novos profissionais de saúde, bem como “de responder, com qualidade, às exigências do mundo de hoje na área da cardiologia”.

Designado, tecnicamente, por Unidade de Hemodinâmica e Cardiologia de Intervenção do HDF, o novo equipamento permitirá efectuar diagnósticos e tratamentos a cerca de mil doentes anualmente, no Algarve e no Baixo Alentejo. No primeiro ano, pretende realizar 750 exames e no segundo 1.000.

Além disso, nos próximos dois anos pretende-se dar resposta aos pedidos do cateterismo cardíaco. No entanto, a nível de intervenções cirúrgicas, o HDF continuará dependente dos hospitais centrais (Santa Cruz, Santa Marta e Hospitais Universitários de Coimbra).

Transporte de doentes

Falando na cerimónia da inauguração, o director do Serviço de Cardiologia do HDF, Veloso Gomes, disse que “Tem sido possível até agora, com enorme esforço organizativo, fazer com que os doentes do Algarve tenham sido tão bem tratados como os outros”, destacou, para recordar ao Secretário de Estado que este serviço tem duas áreas críticas: a reabilitação cardíaca e o transporte de doentes.

Se em relação à primeira, o plano de acção dos próximos anos será uma área a evoluir, esperando-se que haja a possibilidade de colmatar as lacunas, no caso do transporte de doentes, Veloso Gomes assumiu que é feito em



transportes sem condições técnicas e pessoal qualificado.

Nos dois últimos anos, viram-se obrigados a deslocar-se até Lisboa ou Porto, para efectuar cateterismo cardíaco, 478 e 528 doentes cardíacos, respectivamente. Por isso, Veloso Gomes indicou que apesar do novo laboratório possibilitar que “muitos doentes não tenham de ser transportados para Lisboa”, é “necessário que, pelo menos o INEM, tenha mais meios”.

Neste sentido, Carlos Martins anunciou que até ao final do mês a Portaria 1147, que regulamenta o transporte dos doentes, será revogada. “O anterior Governo misturou a justificação da qualidade do transporte

com a matéria da regulamentação dos transportes de doentes”.

Portanto, e ao fim de muito pouco tempo, Portugal passará a contar com uma única portaria que vai regularizar a actividade de transporte de doentes e outra que irá controlar o transporte propriamente dito (desde a ambulância de cuidados intensivos até ao táxi).

Unidade de Radioterapia

Em reunião decorrida no mesmo dia, entre o secretário de Estado da Saúde e o presidente da Câmara Municipal de Faro foi conhecida a decisão de que a nova Unidade de Radioterapia algarvia não ficará no Hospital Distrital de Faro.

Carlos Martins declarou à imprensa que neste momento, a situação está, praticamente, a atingir o entendimento. “Esta é uma matéria que está na agenda; temos de estabelecer um bom protocolo de colaboração e rentabilizar aquilo que foi um investimento para a câmara (que cedeu um terreno) e as vontades que existem, embora não tenha alterado o meu raciocínio por ter mudado de funções”

Fonte: Dist. Faro

Seminário «Gestão de Território» presidido por Miguel Relvas

A convite da Comissão Política Distrital do PSD Algarve, o Secretário de Estado da Administração Local Dr. Miguel Relvas deslocou-se no passado dia 2 a Faro para presidir a uma sessão de esclarecimento/debate, que teve lugar no Conservatório Regional do Algarve, sob o tema “Modelo de Gestão Administrativa do Território”.

Foi feita inicialmente uma exposição, por parte do Secretário de Estado, das motivações que levaram o governo a criar a legislação em causa (Lei 10/2003 e 11/2003 de 13 de Maio). Foi explicado que esta lei surge de uma firme vontade por parte do Governo em descentralizar competências do poder central para o poder local, de forma a aproximar cada vez mais o centro de decisão ao cidadão, com maior celeridade e melhor eficiência nos serviços.

De seguida iniciou-se o debate onde os intervenientes apresentaram os diversos pontos de vista para o enquadramento e aplicação dos diplomas à realidade do Algarve, centrando-se a discussão entre duas Comunidades Urbanas, (ComUrb compreende obrigatoriamente um mínimo de três



municípios com, pelo menos, 150 000 habitantes) e uma única Grande Área Metropolitana, (GAM compreende obrigatoriamente um mínimo de nove municípios com, pelo menos, 350 000 habitantes).

Após uma primeira abordagem a esta temática e visto a elevada importância para o futuro do Algarve, a Comissão Política Distrital do PSD Algarve irá levar a cabo várias reuniões, de modo a encontrar uma solução que defenda um mais adequado desenvolvimento sustentado do Algarve.

Gab. Info. PSD/Algarve

Quota leiteira dos Açores

O PSD ganhou uma batalha para a agricultura da região

A problemática da quota leiteira para os Açores é uma questão à qual o PSD/Açores dedicou a sua melhor atenção e esforço.

Ao contrário da falta de esperança manifestada pelo Governo Regional socialista e pelo Partido



Socialista, quanto à possibilidade de se resolver positivamente a questão da quota leiteira açoriana, o PSD/Açores adoptou sempre, desde 1999 até hoje, uma estratégia coerente e determinada, independentemente da cor política do Governo da República.

Relembramos, porque é importante, que o Governo Socialista de António Guterres recusou-se a pedir qualquer aumento de quota leiteira nas negociações entre os 15 países da União Europeia, em 1999/2000. E o Governo Regional Socialista seguiu o mesmo caminho, quando, nesta altura, era, sem dúvida, mais fácil resolver, com carácter definitivo, o aumento da quota leiteira para Portugal e para os Açores, tal como aconteceu com os países que pediram aumento de quota.

Assim não aconteceu.

Cometido o erro e, passados seis meses, o Ministro da Agricultura Capoulas Santos pediu, ao Comissário de Agricultura, a isenção de multas em 73 mil toneladas de produção, assumindo, em nome de Portugal, que até 2003 as reduziria.

Ou, melhor dizendo, o Governo socialista comprometeu-se em 2000 a perder essas 73 mil toneladas em 2003, o que veio a verificar-se, com consequências gravíssimas e insustentáveis.

Nem mesmo com essa isenção o Governo Regional socialista foi capaz de precaver a adequação da legislação de aproveitamento da quota não ocupada nos Açores para redistribuir pelos produtores que a ultrapassaram, acabando por pagarem, injustamente, multas avultadas.

Estivemos perante dois governos socialistas preparados para “enterrar” o futuro da produção e da transformação de leite e lacticínios nos Açores.

Naquela altura, o PSD/Açores manteve a sua determinação, denunciando a posição de ambos os Governos e formulando propostas para as melhores soluções.

Com um novo Governo da República do PSD mantivemos as nossas posições.

O PSD/Açores não estava, em ambos os casos a Governar os Açores e não tinha por isso essa responsabilidade.

O PSD/Açores dedicou toda a sua atenção ao problema e, enquanto muitos colocavam em dúvida qualquer solução, nós trabalhávamos com afinco, informando e sensibilizando o Primeiro-Ministro, o Ministro da Agricultura e o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, no sentido de se obter uma

solução de acordo com as necessidades açorianas.

Sempre estivemos conscientes que, na situação actual, quaisquer resultados seriam difíceis de alcançar, face à história do problema e aos compromissos anteriormente assumidos perante a Comissão

Europeia. Mas nunca baixamos os braços, nem tivemos qualquer medo de derrotas políticas, porque sabíamos e sabemos que uma derrota política na quota leiteira significaria uma derrota para os agricultores e que, por isso, em nada nos envergonharia estar ao seu lado.

A recente cimeira europeia de Primeiros-Ministros, a que alguns auguravam maus resultados, acabou por dar resposta ao empenhamento do Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, cuja dedicação a esta causa açoriana merece de todos nós um reconhecimento especial e um agradecimento público.

O Dr. Durão Barroso compreendeu as preocupações dos produtores de leite dos Açores e não deixou por mãos alheias a condução pessoal na resolução do problema.

Ao Ministro da Agricultura, Engº Sevinate Pinto, fica a nossa admiração pela forma como conduziu as negociações da revisão Intercalar da PAC, no espírito de defesa dos interesses dos Açores, dando o melhor exemplo de solidariedade efectiva com a Região ao votar contra a decisão dos restantes países, por causa de uma parte e não do seu todo, concedendo a esta parte, que foi a da quota leiteira dos Açores, a importância que para nós era devida.

Foi naquela negociação que se conseguiram 50 mil toneladas de quota efectiva, a partir de 2005, quando nem sequer estava assegurada a manutenção da franquia de 73 mil toneladas, a partir de 1 de Abril de 2003, mas estava sim prevista a sua redução a zero.

O exemplo da verdadeira cooperação é este. É a que faz defender efectivamente os interesses dos Açores, embora todos saibamos que também de outros países dependeria a decisão procurada.

Os argumentos foram mais fortes. Ganhamos mais quota e ganhamos mais uma batalha.

A Cimeira de Primeiros-Ministros e Chefes de Estado da União Europeia constitui mais um passo em frente na obtenção de importantes condições para o futuro da fileira do leite e lacticínios dos Açores.

Garantiu-se a manutenção da franquia de 73 mil toneladas até 2005 e um aumento efectivo da quota leiteira, a distribuir pelos produtores de leite dos Açores, a partir de 2005, com uma isenção do pagamento de multas em mais 23 mil toneladas, até à campanha leiteira 2014/2015, data prevista para o final do regime de quotas.

As decisões da União Europeia, hoje aprovadas, encerram uma etapa de grande empenho na solução do problema da quota leiteira açoriana.

O Governo do PSD/Açores construirá, com base nestes pressupostos, um programa de desenvolvimento e modernização da agricultura açoriana, com especial preocupação para o sector de leite e lacticínios.

Mas para nós a guerra só estará ganha quando dermos aos agricultores dos Açores condições de vida, de trabalho e de competitividade semelhantes aos parceiros europeus. Esse é o nosso compromisso.

Já demos e continuaremos a dar provas da nossa capacidade de intervenção nacional e europeia. Queira o povo ajudar-nos a cumprir melhor essa missão.

Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

O DISFARCE

O Bloco de Esquerda é objectivamente o partido líder da oposição.

Francisco Louça, materializa essa liderança.

Não porque o voto popular assim tenha decidido.

É assim porque o Partido Socialista auto-incapacitou-se de protagonizar essa oposição e essa liderança.

Os socialistas deram espaço, criaram um vazio e aí, o Dr. Louça saltou para o palco e desempenha o papel que legitimamente e democraticamente devia de ser do Dr. Ferro. Claro que conta com a cumplicidade de alguns meios de comunicação social, que se deslumbram com a sua postura de intelectual de esquerda caviar e lhe dão a relevância que ele não legitimou nas urnas.

Seria até de louvar este sentido de oportunidade do Dr. Louça, não fosse o embuste e o logro em que nos quer fazer cair.

A zona política de Francisco Louça é na extrema esquerda, socialmente injusta, e com exemplos históricos de regimes ditatoriais e profundamente anti-democráticos. Que modelo social, político e económico implementaria o Bloco de Esquerda e o Dr. Louça em particular, se fosse um dia Governo?

Não é intelectualmente sério ter um discurso moderado, quando os seus mentores ideológicos são tudo menos isso.

O Dr. Louça, veste o disfarce todos os dias, esconde-se atrás de um discurso ideologicamente inócuo.

Não é fácil tirar máscara ao Bloco, principalmente quando o Partido Socialista vive num permanente Carnaval.